

Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente **

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio pretende sobretudo oferecer uma visão geral das causas e do desenvolvimento da questão nacional na Espanha contemporânea e, portanto, encontra-se determinado pela perspectiva própria do historiador, isto é, começando pela análise do passado, tentar-se-á contribuir para uma melhor compreensão da não resolvida questão nacional da Espanha dos nossos dias, avaliando quais os elementos de ruptura e quais os de continuidade, não pretendendo aprofundar todos e cada um dos aspectos que aqui serão abordados.

É necessário começar por definir aquilo que entendemos por *nação* e *nacionalismo*. Não confundamos os conceitos na perspectiva de uma análise científica, temos de diferenciar a nação de outras formas de identidade colectiva: uma nação é todo o colectivo de pessoas que sentem um vínculo de natureza ancestral com base numa série de factores comuns variáveis (etnicidade, territorialidade, história, etc.) e que consideram que esse colectivo é a principal referência de delimitação territorial do poder e da soberania. Definir que um determinado colectivo é uma nação pressupõe, assim, aceitar o seu direito à autodeterminação, ou seja, a determinar livre e colectivamente qual o seu destino, enquanto esse conjunto de indivíduos é o sujeito de direitos políticos colectivos ligados a um determinado território. Logo, nacionalismo é aquela doutrina política que defende o direito à autodeterminação para uma nação concreta e que, por essa razão, assume e defende que esse

* Universidade de Santiago de Compostela.

** Recolha de um texto apresentado no âmbito de um seminário no ISCTE, em Lisboa, em 13 de Dezembro de 1994, incluído no programa do curso de mestrado de História Contemporânea, texto ao qual se acrescentou um certo argumento crítico.

colectivo humano é a principal referência e a base da legitimidade política. Apesar das conhecidas maneiras para encontrarmos definições inequívocas de ambos os conceitos, que, por sua vez, variam conforme as línguas¹, podemos considerar que as propostas aqui enunciadas são suficientemente gerais e polivalentes. A partir delas, podemos distinguir claramente quais são os nacionalismos e quais não o são e, assim, passar a uma classificação dos nacionalismos, mas não com base em critérios supostamente objectivos. Do ponto de vista analítico-científico (como cidadão cada um pensa como quiser), o mais certo é considerar a nação um imaginário social, ou seja, uma *comunidade imaginada*², que existe na medida em que os seus integrantes estão convencidos da sua existência: as nações não existem nem estão pre-determinadas desde tempos remotos, mas são fruto do convencimento dos indivíduos que as integram, muito especialmente da elaboração teórica dos nacionalistas, que as transformam em imagens compartilhadas por um colectivo humano, em *imaginários sociais*. Assim, as nações são produto de factores históricos e evolutivos, inserindo-se em processos dinâmicos de construção da identidade colectiva; por isso são os nacionalismos que constroem as nações, e não o contrário. Ora bem, mesmo que, ao entrarmos na idade contemporânea, deparemos com determinadas comunidades e colectivos com experiências de vida compartilhada, características étnicas (como, por exemplo, a língua, costumes, etc.) mais ou menos comuns e uma experiência de autogoverno ou de unidade territorial desde pelo menos a Idade Moderna ou desde a Idade Média (como, por exemplo, a Boémia ou a Catalunha), não estaremos perante nações já construídas, mas sim perante aquilo que alguns autores designam por *etnicidade*, grupos étnicos ou colectivos de população que, ao entrarem na idade contemporânea, apresentam factores propícios ao desenvolvimento de um nacionalismo moderno. Mas não existe uma relação directa entre passado esplendoroso, forte etnicidade e desenvolvimento de um forte nacionalismo na época contemporânea (recorde-se o caso da Bretanha). Isto acontece porque o nacionalismo é um fenómeno que nasce com as revoluções burguesas, quer dizer, com a época contemporânea e com os vínculos colectivos de legitimidade política próprios da Idade Moderna: as lealdades dinásticas e senhoriais. Ao ser necessário construir novas instâncias de legitimidade que substituam as antigas, é necessário recorrer a novos princípios. Embora continue aberta a discussão sobre a possível existência de

¹ V., por exemplo, a introdução conceitual, simples e expositiva, apesar de um tanto reducionista, de O. Dann, *Nation und Nationalismus in Deutschland*, Munique, Beck, 1993, pp. 11-23.

² B. Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres-Nova Iorque, Verso, 1983.

nações no período anterior aos últimos trinta anos do século XVIII³, até hoje nenhuma explicação científica convincente demonstrou que seja correcto falarmos da existência de nações no período anterior à era contemporânea, quer dizer, antes da primeira revolução liberal e nacional ao mesmo tempo: a que levou à independência dos Estados Unidos da América, embora nos casos das revoluções inglesa e holandesa do século XVII existam já alguns elementos que esbocem o nacionalismo da idade contemporânea.

Logo, ao abordar a questão dos nacionalismos no conjunto da Espanha dentro de uma perspectiva histórica, deve-se ultrapassar em primeiro lugar a tentação essencialista, que é a suposição de que dentro das fronteiras do Estado nacional existam nações predeterminadas, seja a nação espanhola, sejam aquelas que a negam precisamente (e vice-versa), quer dizer, a basca, a catalã, a galega, etc.

Pelo contrário, convém ter em consideração que ao longo dos séculos XIX e XX encontraremos uma realidade dinâmica, com processos de construção nacional contrapostos, dialécticos e mesmo interactuantes.

Existe uma relação constante entre o desenvolvimento do nacionalismo espanhol e o nascimento e evolução dos nacionalismos periféricos: os êxitos do primeiro condicionam os fracassos do segundo, e vice-versa. Em consequência, não se pode conceber a questão nacional em Espanha como se cada nacionalismo, cada região ou nacionalidade fosse um compartimento estanque, como se tem suposto implicitamente, por exemplo, na historiografia hispânica⁴: o desenvolvimento do nacionalismo espanhol através das diferentes épocas condiciona o dos nacionalismos que designaremos por periféricos, e o processo inverso acontece também.

A anterior opção teórica obriga-nos, assim, a situar no seu devido lugar toda uma série de fenómenos, ideologias e conceitos políticos considerados intermédios entre o nacionalismo espanhol e os nacionalismos periféricos, que entre eles interagem, se entrecruzam e muitas vezes se confundem. Tal seria o caso, sobretudo, do federalismo de raiz pigmaliana, que conheceu grande desenvolvimento teórico e político no século XIX espanhol e forneceu um programa político para a defesa do Estado a boa parte dos nacionalismos periféricos, o que não quer dizer que o federalismo possa ser considerado um mero derivado ou precedente daqueles (visto que o horizonte da legitimação política do federalismo, até mesmo do cantonalismo, é sempre a nação política espanhola, procurando sobretudo um modo melhor de conse-

³ J. Armstrong, *Nations before Nationalism*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1982.

⁴ V. X. M. Núñez Seixas, *Historiographical Approaches to Nationalism in Spain*, Saarbrücken/Fort Lauderdale, Breitenbach, 1993.

guir uma democratização desta: é a lógica da ideologia de Proudhon, que também se reflecte, por exemplo, nas propostas federalistas de vários sectores do republicanismo português⁵). Seria também esse o caso dos diferentes regionalismos; apesar das diversas origens (com componentes carlistas nalguns dos casos, regeneracionistas noutros, ou ainda republicano-democráticas), nenhum desses regionalismos, do aragonês ao estremenho, e praticamente até hoje, postula a construção política de nações alternativas, ou seja, propõe o direito à autodeterminação das respectivas comunidades, esses regionalismos são concebidos na sua origem como uma forma de regeneração e revitalização da nação política espanhola através da implementação de uma descentralização administrativa e da aproximação do governo às necessidades dos cidadãos, proporcionando uma melhor participação destes na engrenagem do Estado. O observador não deve iludir-se com as aparências retóricas: qualquer regionalismo é uma forma de regionalismo espanhol; mesmo considerado historicamente (e com as devidas reservas, com claros paralelos noutros Estados, como, por exemplo, a França ou a Alemanha), a construção de fortes identidades regionais não deve ser vista necessariamente como uma demonstração de fraqueza do Estado nacional, mas em muitos casos como um fenómeno complementar e relativo à sua construção, que procura sobretudo fomentar a identidade local como meio de fortalecer o patriotismo e o amor à nação através da pátria local, do *Heimat*⁶. É certo que no caso espanhol existe uma zona de contacto nalguns casos, na qual se produziu uma evolução desde o regionalismo descentralizador e a identidade regional em

⁵ Não obstante, há que recordar a extrema diversidade interna do federalismo espanhol do século XIX, porquanto por volta de 1870 ainda existiam fortes divergências no seu seio sobre a estrutura territorial do Estado no futuro e sobre quais deveriam ser os seus fundamentos: enquanto para alguns sectores era suficiente uma descentralização, para outros combinavam-se os postulados proudhonianos com o reconhecimento de uma série de «peculiaridades» orgânico-historicistas das diversas regiões espanholas que justificariam o seu direito a uma autonomia; finalmente, para um terceiro sector, o federalismo fundar-se-ia, pura e simplesmente, no pacto sinalagmático (R. Torrent Ortí, *Dos Federalismos y su Pugna en España desde los Orígenes de la Primera República*, Barcelona, Dopesa, 1974). V., igualmente, M. V. López Cordón, *El Pensamiento Político Internacional del Federalismo Español (1868-1874)*, Barcelona, Planeta, 1975, A. M. Hennessy, *La República Federal en España. Pi i Margall y el Movimiento Republicano Federal, 1868-74*, Madrid, Aguilar, 1966, e G. Levi, «Pi i Margall y el federalismo español del siglo XIX», in *Sistema*, n.º 113 (1993), pp. 103-116. Para um contraste com o contemporâneo federalismo português, v. F. Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, vol. I, pp. 63-71 e 80-83.

⁶ V. H. G. Haupt, «Die rekonstruktion der regionen und die vielfalt der loyalitäten im Frankreich des 19. und 20. Jahrhunderts», in G. Lottes (ed.), *Region, Nation, Europa. Historische Determinanten der Neugliederung eines Kontinents*, Heidelberg, Europa Verlag, 1992, pp. 121-126, e C. Applegate, *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*, Berkeley, University of California Press, 1990.

relação a uma afirmação nacional, portanto negadora da nação espanhola em última instância, mas o facto de essa evolução mais ou menos linear se produzir em determinadas circunstâncias e só nalguns casos não significa que seja geral ou generalizável. No caso galego, por exemplo, apreciamos claramente uma linha de evolução que vai do regionalismo de fim de século às *Irmandades da Fala* (1916), via *Solidariedade Galega*.

Ora bem, pelo caminho ficaram vários sectores regionalistas que não reconverteram a sua ideologia em nacionalismo galego, mas continuaram a professar um nacionalismo espanhol de praxe regionalista e regeneracionista. A situação política actual também oferece numerosos exemplos de regionalismos que não são nacionalismos, embora em ocasiões, por pura oportunidade política, joguem a sê-lo: seria o caso do *Partido Aragonés Regionalista* (PAR), em Aragão, da *Unidad Alavesa*, na província de Álava (País Basco), ou da *Unión del Pueblo Navarro* (UPN), em Navarra, claras respostas regionalistas, embora contem nalguns casos com antecedentes e tradições políticas próprias de reivindicação regional (carlismo, foralismo) do desafio posto pelo nacionalismo basco, mas que são sobretudo formas específicas de nacionalismo espanhol. Hoje em dia também contamos com exemplos claros de combinação confusa e contraditória de postulados nacionalistas e regionalistas dentro da mesma formação política: trata-se do caso da *Coalición Canaria*, nas ilhas Canárias dos nossos dias.

2. UM ESTADO NACIONAL FRACASSADO (1800-1936)?

Dá-se o paradoxo de a Espanha ser um velho Estado nacional da Europa, datável em teoria desde o século xv, e que acaba estagnado numa configuração de império durante a Idade Moderna. Mais precisamente na época durante a qual se consolidam os Estados nacionais europeus, ou seja, durante a idade contemporânea (desde fins do século xviii), especialmente ao longo do século xix, a Espanha fica claramente retalhada. Esse facto favorece, evidentemente, o desenvolvimento dos nacionalismos periféricos, como factor de pré-condição favorável, mas não único causador do seu desencadeamento. Assim, em princípio, não se pode afirmar com seriedade histórica que no princípio do século xix a Espanha era um Estado plurinacional, ou seja, formado por várias nações políticas, mas sim um Estado pluriétnico, tal como a França e a maioria dos Estados europeus e que ainda hoje assim continuam. A diferença em relação a outros Estados europeus ao longo do século xix consiste na intensidade da sobrevivência das diferentes etnicidades diferenciais em muitos dos seus territórios, facto que, em nosso entender, se deve sobretudo mais ao próprio fracasso do processo de construção do Estado nacional espanhol (aquilo que genericamente se conhece

como *state-building* ou *nation-building*, a articulação da nação por parte do Estado mediante a sua acção político-institucional com o fim da conversão em Estado nacional) do que à resistência activa e consciente dos integrantes desses grupos étnicos periféricos (bascos, catalães, galegos...) contra um centralismo espanhol apercebido como «uniformizador» a partir de um princípio⁷. Não se tratava apenas da sobrevivência da etnicidade (costumes, língua, *habitat*, crenças tradicionais, instituições ou direitos civis próprios, etc.), mas também da fragilidade da difusão de um sentimento mais ou menos defendido de pertença a uma nação política identificada com o Estado que pudesse substituir-se aos movimentos nacionalistas periféricos ou remetê-los para uma situação de quase marginalidade política, como aconteceu na vizinha França (onde os nacionalismos bretão, occitano ou basco não voltaram a encontrar qualquer eco social a partir do fim do século XIX, embora tivessem origens político-culturais mais ou menos contemporâneas às dos nacionalismos periféricos no Estado espanhol). Quando os nacionalismos periféricos nasceram e se consolidaram politicamente nos últimos quarenta anos do século XIX, as pré-condições diferenciais para o seu posterior desenvolvimento estavam criadas em parte graças a uma circunstância prévia: o incompleto carácter do processo de construção espanhol, ou seja, de nacionalização espanhola⁸.

Quais foram os factores principais desse fracasso nacionalizador? Embora a discussão sobre essa questão continue viva e estejamos longe de podermos oferecer um modelo explicativo definitivo⁹, poderíamos resumir esses factores de um modo muito esquemático.

a) O baixo grau de desenvolvimento industrial, localizado só em algumas regiões determinadas — País Basco, Catalunha, Astúrias — e que dá origem ao aparecimento de importantes desequilíbrios territoriais no que diz respeito

⁷ De todo o modo, alguns autores supõem implicitamente que foi precisamente essa resistência activa e mais ou menos consciente das diferentes *nacionalidades* peninsulares durante o século XIX que impediu a penetração do processo nacionalizador espanhol. Assim o defende, para o caso das Baleares, por exemplo, I. Peñarrubia, «De pagesos a espanyols? La resistencia mallorquina a la nacionalització espanyola», in *El Contemporani*, n.º 1, 1993, pp. 12-16.

⁸ Vários autores já assinalaram este aspecto, tendo o pioneiro sido J. Corcuera Atienza, «Nacionalismo y clases en la España de la restauración», in *Estudios de Historia Social*, n.ºs 28-29, 1984, pp. 249-282; recentemente, Borja de Riquer tem, em vários trabalhos, reflectido sobre a fraqueza do nacionalismo espanhol no século XIX (v. B. de Riquer, «Reflexions entorn de la dèbil nacionalització espanyola del segle XIX», in *L'Avenç*, n.º 170, 1993, pp. 5-13).

⁹ V. X. M. Núñez Seixas, «Questione nazionale e crisi statale: Spagna, 1898-1936», in *Ricerche Storiche*, vol. XXIV, n.º 1, 1994, pp. 87-117; v. também, do mesmo autor, «Spanischer Nationalismus, periphere nationalbewegungen und staatskrise (1917-1936)», in H. Timmermann (ed.), *Nationalbewegung und Nationalismus in Europa von 1914-1945*, Berlim, Duncker & Humblot, 1995.

à localização dos centros de decisão política e mesmo à origem geográfica das elites políticas do Estado. A esta junta-se outra consequência: o fraco nível de modernização da sociedade espanhola do século XIX e dos primeiros trinta anos do século XX, que também se manifestou num nível muito limitado de construção, defesa territorial e comunicação social entre as diversas zonas do próprio Estado¹⁰. A carência de infra-estruturas e a dificuldade das comunicações, acrescidas do fraco trabalho de nacionalização do Estado, têm como consequência o facto de que no princípio do século XX pudesse afirmar-se que a Espanha era, nas palavras de Ortega y Gasset, uma «imensa província», ou seja, um agregado de territórios com limitados conhecimentos uns dos outros. Não era raro que um camponês galego conhecesse melhor Buenos Aires ou Havana do que outra província galega ou a capital da sua província (sem falar já de Madrid).

b) As divisões políticas internas: a dialéctica constante entre absolutistas (logo, carlistas) e liberais, com a consequente divisão crescente do liberalismo entre moderado-centralistas e progressistas, que, por reacção contrária, se tornam mais partidários do provincialismo, o que produz uma situação curiosa — contrariamente ao que acontece em França, em Espanha os equivalentes dos «jacobinos», ou seja, os progressistas, têm uma atitude mais favorável à manutenção das chamadas liberdades locais, tais como os carlistas por razões diferentes, enquanto os equivalentes ideológicos dos «girondinos», ou seja, os moderados, são centralistas férreos. Isso deve-se basicamente a três motivos:

b1) A forte raiz historicista do liberalismo espanhol, que o leva a procurar uma legitimação da ruptura com o antigo regime na história e, mais concretamente, na tradição das cortes medievais e das cortes de Aragão: por isso recorria também às «liberdades provinciais», que supunha deturpadas pelo carácter centralista e absolutista dos Áustrias e dos Borbons¹¹. Naturalmente, tal avaliação é uma justificação *a posteriori* por parte dos liberais, ou seja, uma idealização do papel verdadeiro das cortes medievais, apresentando-as como pioneiras do

¹⁰ Sobre o conceito de «comunicação social», v. K. W. Deutsch, *Nationalism and Social Communication. An Inquiry into the Foundations of Nationality*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1953.

¹¹ V. J. G. Beramendi, «A función da historia na formación do nacionalismo español», in *Actas do I Congreso Internacional da Cultura Galega*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1992, pp. 125-132, J. J. Trías Vejarano, «Los diferentes 'modelos' de Estado-nación en el ciclo revolucionario español del siglo XIX», in VV. AA., *La Revolución Burguesa en España*, Madrid, Universidade Complutense, 1985, pp. 151-177, J. M. Jover Zamora, *La Civilización Española a Medios del Siglo XIX*, Madrid, Espasa-Calpe, 1992, pp. 141-191.

regime constitucional e dando legitimidade histórica à revolução liberal em Espanha¹²;

- b2) O facto de os progressistas terem como coutada política de influência a esfera local, ou seja, as autarquias, o que faz surgir uma associação implícita entre descentralização, liberdades locais e aprofundamento da democracia representativa. Além disso, a importância da administração local a partir do século XIX e o papel preponderante desempenhado por esta no conjunto da administração do Estado foram factores que permitiram a forte sobrevivência do municipalismo ao nível ideológico, inclusive depois da reforma administrativa efectuada pelos moderados, que diminuiu em muito o papel dos municípios (imposição de presidentes de câmaras pelo poder central, por exemplo);
- b3) Por último, o facto de os carlistas defenderem os *fueros* regionais, ao princípio, como arma propagandística e mobilizadora (desde 1834, aproximadamente, sobretudo em Navarra e no País Basco e mais tarde, desde 1846, na Catalunha), mas progressivamente verem na defesa das formas tradicionais de autonomia regional — formas de privilégio territorial, como eram os *fueros* — uma defesa daquilo que consideravam ser a nação espanhola tradicional dos séculos XVIII e XIX, oposta ao liberalismo. Essa defesa perdurará ao longo do século XIX e durante os primeiros trinta anos do século XX e fornecerá em grande parte as bases ideológicas daquilo que será a variante regionalista do nacionalismo conservador espanhol, como veremos mais adiante.

c) Uma fraca eficácia, virtualidade operativa, e consequentes maus resultados dos instrumentos e elementos que formariam o processo de nacionalização espanhola do século XIX (aquilo que noutras latitudes é conhecido pelo termo genérico de *nation-building*) e que remetiam directamente para a acção do Estado liberal:

- c1) Um sistema de educação nacional frágil, que nunca há-de conquistar os mesmos resultados que o francês: a imposição progressiva de um só idioma que agisse como língua nacional, assim como a difusão de uma série de valores cívico-patrióticos e simbólicos que, por sua vez, uniformizassem culturalmente a população espanhola¹³. A lei

¹² V., entre outros, A. Mato, «Liberalismo e historicismo. A contemplación histórica de España como nación constitucional na obra de D. José Alonso López y Nobal», in J. G. Beramendi (ed.), *Galicia e a Historiografía*, Santiago de Compostela, Tórculo Edicións, 1993, pp. 159-181.

¹³ Sobre o processo nacionalizador na França do século XIX é referência imprescindível E. Weber, *Peasants into Frenchmen. The Modernization of Rural France, 1870-1914*, Stanford, Stanford University Press, 1976.

Moyano (1857) estabelecia que o financiamento da educação primária era competência da administração local (os municípios), a qual, estando invariavelmente endividada, não podia assumir convenientemente os custos de manutenção das escolas. Não é, pois, de admirar que as taxas de analfabetismo em Espanha se situassem ente as mais elevadas da Europa ocidental e que no princípio deste século fosse principalmente a sociedade civil a completar essas carências. Assim também os idiomas diferentes do idioma oficial do Estado iam sobrevivendo no conjunto da Espanha com muito mais força do que noutros Estados da Europa ocidental¹⁴. Para além disso, acrescia a forte tutela exercida pela Igreja católica sobre os conteúdos do ensino oficial, em virtude da Concordata assinada entre o governo moderado e o Vaticano em 1851;

- c2) O exército praticamente nunca cumpriu em Espanha o papel unificador que desempenhou noutros Estados (França, Alemanha), onde o serviço militar era obrigatório para todos os cidadãos desde 1870 pelo menos. Na Espanha do século XIX o exército nunca foi nacional e obrigatório para todos os cidadãos (como em França ou na Alemanha): pelo contrário, o sistema de recrutamento, denominado de *quintas*, era puramente classista, já que oferecia àqueles que dispusessem de uma determinada quantia em dinheiro a oportunidade de se verem livres do serviço militar, sendo substituídos por um cidadão pobre para cumprimento da quota estabelecida (um por cada cinco rapazes). A oposição às *quintas* é uma constante nas agitações populares de inspiração progressista e democrática em toda a Espanha do século XIX, acrescida do efeito devastador sobre o já diminuído prestígio popular do exército produzido pelas guerras coloniais e, mais tarde, pela guerra de Marrocos, já no século XX, motivando um número elevado de prófugos e desertores¹⁵. Embora as reformas militares do governo Canalejas (1912) tivessem eliminado a prática da substituição do serviço militar por um pagamento em dinheiro, o prestígio do exército não aumentou. À falta de popularidade do serviço militar

¹⁴ Pode afirmar-se que cerca de 1875 o idioma basco era ainda falado por 40% a 50% da população do País Basco, o idioma galego por cerca de 90% da população da Galiza, sendo a mesma percentagem na Catalunha e nas ilhas Baleares e menor em Valência. Nos casos basco e catalão, a percentagem de falantes dos idiomas autóctones diminuiu a partir de 1880 em consequência da imigração maciça de mão-de-obra de outras zonas de Espanha em que o idioma utilizado era o castelhano.

¹⁵ V. N. Sales, *Sobre Esclavos, Reclutas e Mercaderes de Quintos*, Barcelona, Ariel, 1974; C. Serrano, «Prófugos y desertores en la guerra de Cuba», in *Estudios de Historia Social*, n.ºs 22-23, 1984, pp 21-35, e X. L. Balboa, «Quintos e prófugos: os galegos e o servicio militar no século XIX», in X. Castro e J. de Juana (eds.), *V Jornadas de Historia de Galicia. Mentalidades Colectivas e Ideoloxías*, Ourense, Deputación Provincial, 1992, pp. 51-71.

juntou-se a da Guarda Civil, corpo militarizado de ordem pública criado em 1844 com o objectivo principal de defender os interesses da propriedade nas zonas rurais de Espanha¹⁶,

- c3) Uma deficiente unificação simbólica do Estado nacional: a difusão de um patriotismo com raiz em mitos comuns, monumentos, procissões cívicas, etc., é em Espanha muito inferior à dos outros Estados da Europa ocidental, onde se tratava de uma política promovida a partir do próprio Estado¹⁷. Bem pelo contrário, na Espanha do século XIX prestou-se muito pouca atenção a esses aspectos, existindo uma grande falta de consenso em relação à definição dos mitos fundacionais da nação espanhola, acentuada pelas divisões políticas internas (carlistas, liberais, e no seio destes últimos ainda entre progressistas, moderados, etc.). Logo, a Espanha foi um dos poucos Estados que contaram com várias bandeiras (a bicolor, dos mais conservadores, e a tricolor, dos republicanos e da esquerda), assim como vários hinos nacionais (a *Marcha Real*, monárquico-conservadora, *versus Himno de Riego*, democrático-republicano), divisão que chegou a épocas mais recentes, visto que um consenso básico em relação aos diferentes símbolos «nacionais espanhóis» só é adquirido na prática e de modo incompleto cerca de 1977-1978 (quando a oposição de esquerda renuncia definitivamente à bandeira tricolor). Recorde-se que o hino espanhol actual nem sequer tem letra, tratando-se da *Marcha Real* despojada do texto acrescentado pelo franquismo;
- c4) Um desenvolvimento incompleto da administração do Estado: as lealdades do conjunto dos funcionários não se estabelecem em relação ao Estado enquanto entidade abstracta, mas para com os partidos no poder, visto que só em vésperas da Primeira Guerra Mundial é estabelecido o sistema de concursos de acesso à função pública (recorde-se a caricaturesca figura do cessante, largamente reflectida na literatura do fim do século XIX). Consideremos também um centralismo acusado da administração, copiado superficialmente do modelo francês, que apenas serve para acentuar a sensação de que «Madrid fica longe» de todas as províncias espanholas. Assim, por exemplo, à frente de cada uma das 49 províncias criadas em 1833 vai situar-se, a par-

¹⁶ V. D. López Garrido, *La Guardia Civil y los Orígenes del Estado Centralista*, Barcelona, Crítica, 1982.

¹⁷ V., para o caso italiano, B. Tobia, *Una patria per gli Italiani. Spazi, itinerari, monumenti nell'Italia unita*, Bari, Laterza, 1991; para uma comparação entre os casos francês e alemão, v. Ch. Tacke, «Les lieux de mémoire ou la mémoire des lieux: mythes et monuments entre nation et région en France et en Allemagne au XIX^{ème} siècle», in *Yearbook of the Department of History and Civilization*, Florença, European University Institute, 1992, pp. 133-163.

tir de 1850, um governador civil, mas que, ao invés dos *préfets* franceses, tinha mais a função de controle político do que de coordenação administrativa (e mais tarde de manipulação eleitoral). A inadequação entre a administração e as necessidades do cidadão vai criar uma consciência de descontentamento em relação ao Estado e de falta de fé nas capacidades de modernização da Espanha. Além disso, a nova divisão territorial do Estado de 1833 (reforma de Javier de Burgos¹⁸) só muito lentamente conseguiu eliminar as lealdades aos antigos marcos territoriais tradicionais (as «províncias» do antigo regime, as províncias eclesiásticas, as comunidades locais, etc.), de modo que ao longo do século XIX deu-se uma «sobrevivência ideológica do modelo territorial tradicional» tanto entre os partidários do absolutismo como entre os progressistas e democratas¹⁹. Considere-se ainda um factor correlativo: a forte sobrevivência de códigos jurídicos regionais e locais (principalmente no âmbito do direito civil), *fueros*, ou direitos forais, e *códigos* em várias zonas de Espanha ao longo do século XIX e de grande parte do século XX, que pouco e de modo incompleto se foram unificando e que, de acordo com os postulados da escola histórica do direito (Savigny), seriam recuperados como bandeira de diversas forças políticas opositoras aos governos de Madrid desde meados do século XIX²⁰.

d) Outro factor de importância considerável é a falta de um inimigo externo definido ao longo do século XIX, desde a guerra de independência contra o exército de Napoleão, que foi precisamente a causa do aparecimento de um patriotismo espanhol frente ao invasor claramente apercebido como estrangeiro. Mas, após a vitória sobre Napoleão, a Espanha transforma-se num país aparentemente sem inimigos e sem grandes aspirações anexionistas e, por outro lado, sem grandes temores de ser anexado. O facto da participação tardia e secundária na «carreira colonial» da segunda metade do século XIX e os relativos fracassos dos poucos períodos durante os quais se tentou promover uma política exterior agressiva (por exemplo, as iniciativas exteriores do governo da União Liberal na década de 1860: Marrocos, México, Cochinchina) nunca chegaram a ser eficientes. Assim, passada a vaga do antiamericanismo da guerra de 1898 contra os Estados Unidos e que nunca chegou a tomar grande forma, o nacionalismo espanhol começa a estar

¹⁸ V. A. M. Calero Amor, «Liberalismo y división provincial», in *Revista de Historia Contemporánea*, n.º 3, 1984, pp. 5-31.

¹⁹ V. F. Nadal, *Burgueses, Burócratas y Territorio. La Política Territorial en la España del Siglo XIX*, Madrid, IVAP, 1987, pp. 39-53.

²⁰ V. B. Clavero, *El Código y el Fuero. De la Cuestión Regional en la España Contemporánea*, Madrid, Siglo XXI, 1982.

mais preocupado com os inimigos internos — reais ou supostos — do que propriamente com os externos. Neste sentido, Portugal apresenta um forte contraste, no sentido de que a oposição à Espanha é um elemento-chave na configuração e na consolidação do nacionalismo luso ao longo da época contemporânea (precisamente através de uma política simbólica e educativa por parte dos governos de Lisboa)²¹.

O facto de a realidade do sistema e da representação política durante o século XIX espanhol, muito particularmente ao longo do período da restauração (1875-1923), estar caracterizada por uma contradição entre uma modernização aparente do sistema (a Espanha foi um dos primeiros Estados europeus em que existiu o sufrágio universal masculino, desde 1870, para além de uma generosa lei de associações de imprensa) e uma prática dominada pela preponderância do clientelismo político a vários níveis, pela fraude eleitoral e pela manipulação dos resultados pelo governo, levava a uma alternância praticada pelo poder entre dois partidos (o conservador e o liberal) e que excluía a possibilidade de acesso ou de influência parlamentar ao resto das forças políticas (carlismo, republicanismo, integrismo católico, movimento operário). Logo, a participação política na vida do Estado por parte do cidadão médio era forçosamente muito limitada e sentia-se a falta de identificação da maioria da população com um Estado oligárquico e ineficaz²².

e) Como último factor poderia citar-se a permanente atitude de oposição ao Estado por parte de um certo sector da Igreja católica que de início apoiou o carlismo, mas que nalguns lugares (sobretudo na Catalunha e no País Basco, de modo mais limitado na Galiza) encontrou um viveiro de oposição à «secularização estatal» por meio da promoção de línguas, tradições e identidades de âmbito inferior ao do Estado.

Todos estes factores constituem um contributo para uma explicação, mas não explicam a razão do aparecimento dos nacionalismos periféricos: assim, teríamos razões que nos levariam a concluir que, à primeira vista, de acordo com o esquema atrás referido, as zonas do Estado em que a acção modernizadora deste foi menor, como na Galiza, e onde existiam fortes elementos que poderíamos designar por elementos de uma etnicidade diferencial seriam aquelas onde iria formar-se um movimento nacionalista mais forte. Porém, nem sempre assim foi, o que nos leva à consideração de outros factores complementares de natureza sócio-política.

²¹ V. A. Costa Pinto e N. Monteiro, «Probleme der nationalen Identität in Portugal», in *Werkstattgeschichte*, n.º 8, 1994, pp. 15-26; sobre a construção e difusão pelo sistema escolar estatal português de uma simbologia e de um imaginário nacionais, v. S. Campos Matos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Horizonte, 1990.

²² V. o estudo clássico de J. Ortega, *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza Editorial, 1977.

3. O DESENVOLVIMENTO DOS NACIONALISMOS PERIFÉRICOS E AS MUTAÇÕES DO NACIONALISMO ESPANHOL (1890-1936)

Desde meados do século XIX desenvolveram-se nalgumas zonas de Espanha movimentos de reivindicação territorial que tomaram como referência política de afirmação os respectivos territórios, definindo-os primeiro como «província», mais tarde como região e desde finais do século XIX mais explicitamente como nação, situando-se, assim, ideologicamente (independentemente da estratégia política circunstancial) numa posição de negação de uma nação espanhola.

No aparecimento destes movimentos — a que, para abreviar, embora de modo simplificador, chamaremos nacionalismos periféricos para podermos distingui-los do nacionalismo espanhol — têm influência uma série de factores que iremos dividir esquematicamente em dois tipos:

- 1) *As pré-condições de identidade.* Entre elas convém assinalar a persistência de características étnicas diferenciadas vincadas — aquilo a que podemos chamar etnicidade — em vários territórios, em boa parte graças à já mencionada ineficácia «assimiladora» do Estado nacional espanhol e em parte também devido à incompleta uniformização administrativa do Estado no século XVIII. Mantêm-se, assim, não só idiomas próprios com grande intensidade — embora isso não implique uma vontade reivindicativa, mas antes uma situação de facto —, como também instituições tradicionais de autogoverno, como os *fueros* basco-navarros, que, apesar de não constituírem na realidade instituições «nacionais» alternativas, mas sim formas de privilégio territorial, proliferaram, criando elites políticas interessadas na sua permanência²³, assim como formas de direito civil e extensões regionais que nalguns casos tinham também alguma aceitação popular: recorde-se, por exemplo, que a exclusão do serviço militar para as províncias bascas e Navarra podia tornar extremamente popular a causa dos *fueros*. Noutros casos, a memória social recente da presença de uma instituição de autogoverno mais consolidada na Idade Moderna, como era a *Generalitat* catalã, e da sua recente supressão no ano de 1714 constituía um ponto de identificação colectiva ao qual determinados sectores poderiam fazer apelo num dado momento como justificador ou legitimador das suas reivindicações. Isso contribuía para que, por exemplo, na Catalunha se manifestasse um sentimento de solidarieda-

²³ V. um exemplo no estudo de C. Rubio Pols, «El conde de Villafuertes (1772-1842). Biografía política de un patricio guipuzcoano en tiempos de revolución», in *Historia Contemporánea*, n.º 9, 1993, pp. 193-217.

de territorial supralocal entre a maioria da população, embora esse sentimento fosse ainda de tipo pré-político: a nação espanhola era considerada a nação política, mas era defendida na maioria das vezes na língua autóctone²⁴. Assim, a referência institucional de autogoverno que pudesse criar uma «memória histórica» não tinha qualquer expressão no caso galego: recorde-se o escasso poder e popularidade de que desfrutava a *Xunta do Reino de Galicia* nos séculos XVII e XVIII;

- 2) *Os agentes sócio-políticos activadores da identidade colectiva numa direcção política*. Com a interacção entre o progressismo provincialista e o romantismo surgem também movimentos de revivalismo de culturas «locais/regionais» (como o *rexurdimento* galego ou a *renaixença* catalã), aos quais se juntam, com maior ou menor intensidade, movimentos políticos de sinal descentralizador que se inspiram tanto no provincialismo progressista como no *fuierismo* tradicional de raiz carlista e que, mais tarde (sobretudo desde 1868), serão favorecidos também pelo enraizamento e expansão do federalismo. Constroem-se, assim, entre 1860 e 1880, aproximadamente, movimentos político-culturais em várias zonas (Galiza, Catalunha e Valência), com intensidade variável, mas coincidentes numa certa fragilidade política e numa progressiva evolução ideológica, apesar da diversidade interna. No entanto, ideologicamente, não podem ser considerados nacionalistas, ou só nalguns aspectos poderão ser catalogáveis como «protonacionalistas»: defendem uma descentralização administrativa, um Estado federal — onde pode caber, como escalão primário, a autonomia municipal —, e só em pouco significativas manifestações ideológicas chegam mais longe. Ao mesmo tempo elabora-se um discurso historicista que afirma a existência de direitos históricos, de características diferenciais objectivas, e, por fim, a reivindicação de uma forma de autogoverno com base em argumentos orgânico-historicistas, inserindo, assim, um elemento de ruptura progressiva com a matriz ideológica inicial (que era, na realidade, uma forma de nacionalismo espanhol). Logo, estes movimentos de 1880-1890 caracterizam-se por um discurso ideológico que começa a aproximar-se da defesa de um nacionalismo diferente e próprio (ou seja, torna a antiga «região» sujeito de direitos políticos colectivos, tal como uma nação), mas que não se traduz numa reivindicação política: por enquanto esta situa-se num programa regionalista que aspira à execução de uma

²⁴ P. Anguera, «Els orígens del catalanisme: unes reflexions», in VV. AA., *Illes Jornades de Debat. Orígens i Formació dels nacionalismes a Espanya*, Reus, Edicions del Centre de Lectura, 1994, pp. 11-79.

forma de autonomia ou descentralização administrativa dentro da Espanha²⁵.

A dinâmica sócio-política no País Basco tem, no entanto, uma série de componentes muito diferentes: aí o nacionalismo periférico não será formado a partir de precedentes liberais-provincialistas de raiz progressista, mas surgirá a partir dos elementos ideológicos fundamentais provenientes da evolução do discurso *fuera* (que tinha sido na maior parte das vezes de raiz contra-revolucionária ou próxima do liberalismo moderado durante a primeira metade do século XIX)²⁶, através do chamado *fuera* intransigente posterior à terceira guerra carlista e da abolição definitiva dos *fueros* bascos no ano de 1876, subsistindo algumas das prerrogativas através dos *conciertos* económicos — a chamada *novísima foralidad* (desde 1880) e a sua confluência com o forte peso do carlismo. A derrota na terceira guerra carlista (1872-1876), o forte sentimento popular de pertença colectiva a uma comunidade etnolinguística definida (embora esse sentimento fosse ainda pré-político e desigual, consoante as zonas) e, finalmente, as mudanças sociais que o rápido processo de industrialização da Biscaia introduz na região entre 1876 e 1890 são factores que contribuem para criar um clima propício ao aparecimento da figura do ideólogo e fundador do nacionalismo basco, Sabino Arana, que funda o Partido Nacionalista Basco (PNV) no ano 1895, com um programa ideológico independentista e católico tradicionalista, e que considera o País Basco (Euskadi) uma nação diferente da Espanha, com base em critérios orgânico-historicistas: em primeiro lugar, a raça, para além da história, da língua e dos costumes²⁷. O primeiro nacionalismo basco é fundamentalmente uma radicalização e reelaboração dos precedentes políticos já existentes (a evolução «intransigente de uma parte do *fuera*», o legado do carlismo, o integrismo católico), sem que tenha existido uma primeira fase romântica de «recuperação cultural», como nos casos catalão e galego.

Por que razão desde o fim do século passado se constroem melhor politicamente e se desenvolvem com sucesso movimentos nacionalistas com

²⁵ R. Máiz, *O Rexionalismo Galego. Organización e Ideoloxía (1886-1907)*, Sada-A Coruña, Ed. do Castro, 1984; C. Hermida, *Os Precusores da Normalización. Defensa e Reivindicación da Língua Galega durante o Rexurdimento (1840-1891)*, Vigo, Edicións Xerais, 1992; J. M. Fradera, *Cultura Nacional en una Societat Dividida. Patriotisme i Cultura a Catalunya (1830-1868)*, Barcelona, Curial, 1992; J. Llorenç i Vila, *La Unió Catalanista i els Orígens del Catalanisme Polític*, Barcelona, Publ. de l'Abadia de Montserrat, 1992.

²⁶ V. J. Fernández Sebastián, *La Génesis del Fuera. Prensa e Ideas Políticas en la Crisis del Antiguo Régimen (País Vasco, 1750-1840)*, Madrid, Siglo XXI, 1991.

²⁷ V. J. Corcuera Atienza, *Orígenes, Ideología y Organización del Nacionalismo Vasco (1876-1904)*, Madrid, Siglo XXI, 1979; J. C. Larronde, *El Nacionalismo Vasco, Su Origen y Su Ideología en la Obra de Sabino Arana-Goiri*, San Sebastián, Txertoa, 1977, e J. L. de la Granja, «Los orígenes del nacionalismo vasco», in *Orígenes i Formació*, cit., pp. 219-243.

apreciável protecção social, enquanto na Galiza não se dá caso semelhante, ficando logo em situação de desfavorecida? Fundamentalmente, pela combinação de vários factores:

- 1) A existência no Euskadi e na Catalunha de uma série de profundas mudanças sociais e económicas, unidas a processos de migrações internas, um desenvolvimento da urbanização e o aparecimento de novos problemas sociais ligados à modernização económica, o que não se dá na Galiza. O caso mais claro neste sentido é o País Basco, mais concretamente a Biscaia, onde nasce o nacionalismo basco, como resposta de algumas camadas sociais perante a imigração e a brusca entrada na modernidade;
- 2) A esse facto acrescentava-se uma grave crise de valores no nacionalismo espanhol de fim de século, que sucede à derrota em relação aos Estados Unidos em 1898, a chamada crise de fim do século: a perda das últimas colónias provoca uma falta de confiança nas potencialidades do projecto nacional de Espanha — um imperialismo fracassado — e que logo deixa o nacionalismo espanhol num estado de divisão e desestruturação, acabando com o sonho de grandeza do Estado: são anos durante os quais impera um *Kulturpessimus* entre amplas camadas sociais espanholas, especialmente entre a intelectualidade, a burguesia e as classes médias;
- 3) No ponto anterior referiu-se que uma parte significativa das burguesias periféricas do Euskadi e da Catalunha, mas também da pequena burguesia e mesmo de alguns sectores populares, sente a necessidade de estruturar forças políticas próprias como resposta à perda de mercados externos para as suas indústrias e perante a constatação do fracasso do Estado espanhol na sua função de protector dos seus interesses. A dinâmica sucessiva durante o primeiro terço deste século está marcada por um progressivo crescimento político, diversificação e expansão do apoio social e estruturação interna dos nacionalismos periféricos, que tendem a construir-se como movimentos populares amplos, onde se abrangem diversos aspectos sectoriais da vida social, como «comunidades» (no caso basco especialmente), embora estejam nalguns casos divididos politicamente a nível interno em várias tendências ideológicas, que, por sua vez, possuem zonas de contacto, em maior ou menor grau, com tendências semelhantes dentro do nacionalismo espanhol (sobretudo dentro do catalanismo, permanecendo o nacionalismo basco muito mais fechado neste aspecto). Mesmo assim, a diferença ideológica entre os nacionalismos hispânicos será assinalável. Tanto o nacionalismo catalão (nas suas versões conserva-

dora e de esquerda liberal) como o basco não são independentistas na essência nem na doutrina: enquanto o corpo doutrinal do catalanismo é exposto por Enric Prat de la Riba na sua obra *La Nacionalitat Catalana* (1906), onde a Catalunha é definida como uma nação com direito à autodeterminação, mas que recusa a formação de um estado próprio a favor de uma missão regeneradora da Ibéria, projectando mesmo a ideia de um imperialismo ibérico; do mesmo modo, o teórico mais representativo do catalanismo liberal-reformista A. Rovira i Virgili, além de salientar o grande carácter «voluntarista» da sua concepção de nação, proclamava o objectivo do federalismo ou confederalismo ibérico como meta política final²⁸. O basco Sabino Arana parte de uma inicial formulação independentista para uma nação basca objectiva e baseada em critérios orgânico-objectivos (raça, história, cultura), mas que não se manifestavam num racismo político ao nível prático. Após a morte de Sabino (1903), os seus sucessores manterão o seu legado doutrinal, embora recusando a afirmação no sentido da manutenção do conjunto social que começava a dar corpo ao nacionalismo basco: assim inventam uma fórmula de compromisso e de ambiguidade calculada (a da integração foral, ou seja, a volta à situação anterior a 1833, recuperando os *fueros* ou «direitos históricos»), o que era interpretável, segundo as perspectivas dos diferentes sectores que apoiavam o nacionalismo basco, como independência ou como autonomia dentro do Estado espanhol²⁹. O PNV combina desde então uma formulação ideológica essencialmente fiel aos sabinianos (nalguns aspectos praticamente até hoje) com uma prática política claramente possibilista e, na praxe, autonomista: a constituição da autonomia política foi o objectivo imediato do PNV tanto em 1917-1919 como durante a II República, embora não fosse considerada um fim.

Mas não há dúvida de que ambos os movimentos eram nacionalistas do ponto de vista ideológico: definiam o Euskadi e a Catalunha como uma nação e promoviam, em princípio, o direito de autodeterminação para estes, pelo menos de modo abstracto, embora, por questões de estratégia e praxe política, acabassem a maior parte das vezes por aceitar fórmulas autono-

²⁸ A obra de Rovira i Virgili está ainda pouco investigada. Um contributo em A. Sallés, «Antoni Rovira i Virgili. Um ideólogo del catalanismo liberal, republicano y laico», in J. Antón e M. Caminal (eds.), *Pensamiento Político en la España Contemporánea (1800-1950)*, Barcelona, Teide, 1992, pp. 649-675.

²⁹ L. Mees, *Nacionalismo Vasco, Movimiento Obrero y Cuestión Social (1903-1923)*, Bilbao, Fundación Sabino Arana, 1992; J. L. de la Granja, «La concepción de la autonomía en el pensamiento político del nacionalismo vasco, I, La restauración», in *Sancho el Sabio*, n.º 1, 1991, pp. 187-204.

mistas ou federais, em parte também porque estavam longe de terem o apoio social unânime nos seus âmbitos sociais de actuação. Logo, o crescimento dos nacionalismos periféricos entre 1900 e 1923 acabará por se transformar numa das linhas de fractura do modelo de Estado e do sistema político da restauração. Por outro lado, a dinâmica do crescimento do nacionalismo galego é mais lenta e desestruturada, resultando em parte de uma sociedade diferente, para a qual os galeguistas tardam em fazer uma oferta política, e porque as pré-condições sociais não eram, em princípio, as mais favoráveis para o desenvolvimento massivo do nacionalismo. No entanto, o nacionalismo galego conhece desde 1916 um certo desenvolvimento político-ideológico (com a fundação das Irmandades da Fala) e adquire um corpo doutrinal nacionalista, elaborado desde 1918, com a obra de Vicente Risco, que postula a existência da Galiza como uma nação diferente da Espanha com base em critérios orgânico-historicistas e independentes da vontade individual e fornece, assim, ao nacionalismo galego um conceito básico de nação própria; porém, dentro do nacionalismo galego coexistirão desde o princípio duas tendências ideológicas (tradicionalista e democrático-progressista) que, em alternativa, vão confluir numa mesma organização ou darão lugar a organizações diferentes. No entanto, nenhum dos sectores políticos do galeguismo postula um objectivo independentista, mas aspiram à máxima autonomia da Galiza dentro de uma república federal ibérica³⁰.

Depois do desaire colonial de 1898, o nacionalismo espanhol entra num período de crise de confiança e crescente divisão e desmembramento: nem tudo estava acabado no seu seio, visto que dele ainda surgem algumas fórmulas de grande virtualidade, como o regeneracionismo. Na verdade, o regeneracionismo é uma forma renovada de nacionalismo espanhol enquanto resposta à questão — que começava a ser obsessiva, por exemplo, na geração do 1898 — «o que é a Espanha?» de uma maneira confusa, mas positiva: era preciso construir o Estado nacional através de uma política de modernização do país e de participação de amplos sectores da população na política, acusando o regime vigente de «oligarquia e caciquismo»³¹.

O regeneracionismo, fenómeno político-ideológico quase exclusivo da Espanha, teve, porém, leituras muito diversas: de facto, o legado de Joaquín Costa foi aproveitado tanto pelo fascismo espanhol como pelo socialismo e, do mesmo modo, a sua mensagem ambígua foi alimento dos diversos nacio-

³⁰ J. G. Beramendi, *Galicia, de Provincia a Nación. Historia do Galeguismo Político, 1840-1936*, Vigo, Xerais, 1995, e *Vicente Risco no Nacionalismo Galego*, Santiago, Ed. do Cerne, 1981, 2 vols. A principal obra de Risco é a *Teoría do Nazionalismo Galego*, Ourense, Imprenta «La Región», 1920.

³¹ C. Serrano, *Le tour du peuple: crise nationale, mouvements populaires et populisme en Espagne (1890-1910)*, Madrid, Casa de Velázquez, 1987, e *Final del Imperio. España, 1895-1898*, Madrid, Siglo XXI, 1984.

nalismos que surgem em diversas zonas de Espanha desde o princípio do século xx. Nesse discurso regionalista de raiz costiana partia-se de um pressuposto duplo: a necessidade de regenerar o Estado nacional, partindo das suas partes mais «vivas», as regiões, o que supunha defender a pátria (espanhola) através de uma maior afirmação da personalidade histórica das suas regiões integrantes, e a consequente necessidade de aproximar a administração estatal das necessidades e dos interesses do «país real», o que poderia resolver-se com diversas fórmulas de descentralização administrativa e/ou de autonomia municipal³². Também aqui existem interinfluências entre nacionalismo espanhol e nacionalismos periféricos, já que esta dinâmica de «regionalismo regeneracionista» podia também inserir-se e retroalimentar o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas periféricos, fornecendo-lhes vários argumentos e propostas políticas: na história das «Irmandades da Fala», por exemplo, houve sectores enquadráveis nesta onda que se negaram a aceitar a evolução doutrinal em relação ao nacionalismo do galeguismo e ficaram ligados a essa postura de regeneração da pátria espanhola através da reanimação e reavivamento das suas regiões e comunidades locais, mas houve também outros sectores que assimilaram esse discurso numa concepção puramente nacionalista e federal, passando o objectivo a ser, não a regeneração da pátria espanhola, mas mesmo da Ibéria, incluindo Portugal dentro desse projecto inovador de modo utópico (tal como o catalanismo)³³.

O regeneracionismo não foi, porém, a única forma de nacionalismo espanhol que surgiu da crise do fim do século³⁴. Um nacionalismo espanhol frustrado na sua expansão externa começou a olhar repetidamente para o seu interior e a substituir o «inimigo externo», que por um tempo tinha sido o expansionismo *yanquee*, pelo inimigo interno: a crescente ameaça que supunha o desenvolvimento dos nacionalismos periféricos. Este discurso nacionalista espanhol defensivo alimenta-se do anterior pensamento nacionalista conservador, mas ao mesmo tempo começa a gerar uma nova variedade de nacionalismo espanhol com tendências autoritárias, que bebe no antigo tradicionalismo de raiz carlista, mas se retroalimenta de ideias de inspiração maurrasiana e, de modo mais débil, fascista desde os anos xx, juntamente

³² Sobre as propostas regionalistas e descentralizadoras de alguns teóricos do regeneracionismo, v. Nadal, *op cit.*, pp. 204-218; uma boa exposição de um caso concreto (o da Estremadura) em J. Sánchez González, «El regionalismo extremeño», in J. P. Fusi (ed.), *España. Autonomías*, Madrid, Espasa-Calpe, 1989, pp. 423-463.

³³ Sobre a relação entre o galeguismo e Portugal, v. X. M. Núñez Seixas, «Portugal e o galeguismo até 1936. Algumas considerações históricas», in *Penélope*, n.º 13, 1993, pp. 67-81; sobre o «iberismo» não existem, por enquanto, visões de conjunto satisfatórias: v., no entanto, J. A. Rocamora, *El Nacionalismo Iberista, 1792-1936*, Valladolid, Universidade de Valladolid, 1994.

³⁴ V., em geral, B. de Riquer, «Aproximació al nacionalisme espanyol contemporani, in *Illes. Jornades de Debat*, cit., pp. 245-261.

com argumentos do próprio regeneracionismo (a conhecida denominação de Costa do «cirurgião de ferro», etc). Se noutros Estados da Europa contemporânea, por exemplo em França, se assiste a um movimento de nacionalismos conservadores fechados³⁵ que encontram um inimigo externo nas esquerdas, em determinados grupos da população considerados estrangeiros (emigrantes, judeus), em Espanha, à falta de judeus, esse inimigo interno não será só a esquerda, mas também os «antiespanhóis», ou seja, os nacionalismos periféricos denominados sem qualquer distinção de «separatistas».

Nem todo o nacionalismo conservador espanhol sofreu conjuntamente com esta vertente autoritária uma evolução paralela com um centralismo-uniformismo férreo — boa parte do antigo pensamento carlista e antiliberal também sobreviveu de uma forma renovada durante o primeiro terço do século xx, por exemplo, através da obra de pensadores como Marcelino Menéndez Pelayo: nesse discurso também teve um certo papel a consideração e a exaltação do papel e das tradições das regiões e províncias hispânicas como verdadeiros lares de uma essência ou de uma espécie de *Volksgeist* espanhol, que teria sido deturpado ou ameaçado, primeiro, pelo centralismo borbónico e, mais tarde, pela modernização e penetração do Estado liberal. Por esse motivo, vários pensadores católicos procederam desde o final do século xix à recuperação da história local, das tradições e do «costumismo», de modo fundamentalmente conservador e idealista, uma espécie de «invenção das regiões» para construção de uma imagem idealizada de uma pátria local, de um *Heimat*, que se entendia como parte integrante e complementar de um carácter nacional espanhol global estereotipado e estranho à passagem do tempo e às mudanças inseridas pela modernização³⁶. Essa corrente nacionalista chegou mesmo a impregnar várias propostas dos pensadores do nacionalismo espanhol que se reportam à sua vertente autoritária (de modo semelhante ao que acontecia ao mesmo tempo em França, por exemplo)³⁷: é o caso de Ramiro de Maetzu, por exemplo, um dos ideólogos do pensamento reaccionário espanhol nos anos 20 e 30, para quem a ideia da pátria espanhola consistia na interacção entre território, «raça» e religião, que configurariam um «carácter nacional» espanhol definido em termos espirituais, mas que ao

³⁵ Como afirma M. Winock, para o caso do nacionalismo francês (v. M. Winock, «Nationalisme ouvert et nationalisme fermé», in *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*, Paris, Ed. du Seuil, 1990, pp. 11-40).

³⁶ V. M. Suárez Cortina, *Casonas, Hidalgos y Linajes. La Invención de la Tradición Cantábrica*, Santander, Universidade de Cantábria-Límite, 1994, pp. 19-91, para o caso de Cantábria; sobre o «regionalismo» tradicionalista de Menéndez Pelayo, v. M. Santoveña Setién, *Marcelino Menéndez Pelayo. Revisión Crítico-Biográfica de un Pensador Católico*, Santander, Universidade de Cantábria, 1994, pp. 94-105.

³⁷ V. G. Rossi-Landi, «La région», in J. F. Sirinelli (dir.), *Histoire des droites en France*, 3, *Sensibilités*, Paris, Gallimard, 1992, pp. 71-100.

mesmo tempo rejeitava o nacionalismo de inspiração maurrasiana por causa da sua exaltação da «nação» laica sobre o «espírito» e da consideração positiva do Estado como agente nacionalizador. Boa parte destes postulados encontram-se também no grupo Acção Espanhola durante a II República, juntamente com a aceitação de um regionalismo conservador que não seria mais do que a recuperação das verdadeiras essências da monarquia hispana, a qual era considerada, juntamente com o catolicismo, o verdadeiro elemento unificador da Espanha ao longo da sua história³⁸.

Desde a crise de fim de século começa, inicialmente de modo frágil, uma terceira variante do nacionalismo espanhol, que podemos designar por «liberal-democrática», herdeira do legado democrata do século XIX, e que considera uma via para consolidar a nação política espanhola no aprofundamento da democracia política, na incorporação de sectores mais amplos da população e das forças vivas sociais na política estatal e na criação de um entendimento estável com os nacionalismos periféricos sobre a base da aceitação comum de um regime democrático e de um sistema pactuado de descentralização administrativa ou autonomia territoriais. Este será o projecto nacional de um Azaña, embora injectado pela corrente regeneracionista, de Ortega y Gasset e, em geral, dos republicanos³⁹. Naturalmente, dentro desta corrente existe uma grande heterogeneidade: grande parte da força do republicanismo espanhol estava radicada na Catalunha, e o republicanismo catalão — que, por sua vez, estava impregnado de catalanismo, pelo menos na sua variante linguístico-cultural e até organizativa⁴⁰ — defendia, como a esquerda, uma reorganização da estrutura territorial do Estado com base federal para assim poder aprofundar melhor a democracia política. A esse projecto opunham-se conceitos puramente jacobinos e uniformistas daquilo que seria a vindoura República, representados pelo Partido Radical de Lerroux, que nasceu na Barcelona dos princípios do século XX como uma corrente política oposta ao catalanismo conservador e ao movimento operário, contando com o apoio da população de operários emigrantes e parte da pequena burguesia⁴¹.

³⁸ V. A. de Blas Guerrero, «La ambigüedad nacionalista de Ramiro de Maetzu», in *Working Paper ICPS*, n.º 71, 1993, e R. Morodo, *Los Orígenes Ideológicos del Franquismo: Acción Española*, Madrid, Alianza Editorial, 2.ª ed., 1985, pp. 174-180.

³⁹ A. de Blas Guerrero, *Tradición Republicana y Nacionalismo Español, 1880-1930*, Madrid, Tecnos, 1991, e «Nación y nacionalismo en Ortega y Gasset», in J. G. Beramendi e R. Máiz (eds.), *Los Nacionalismos en la España de la II República*, Madrid-Santiago, Siglo XXI, 1991, pp. 27-37.

⁴⁰ V. A. Duarte, «Republicanos y nacionalismo. El impacto del catalanismo en la cultura política republicana», in *Historia Contemporánea*, n.º 10, 1993, pp. 157-177.

⁴¹ V. J. Álvarez Junco, *El Emperador del Paralelo: Lerroux y la Demagogia Populista*, Madrid, Alianza Editorial, 1990, e J. B. Culla i Clará, *El Republicanisme Lerrouxista a Catalunya (1901-1923)*, Barcelona, Curial, 1986.

A quarta variante é, sem dúvida, o nacionalismo da esquerda operária, que não deixava de abordar um projecto de construção nacional da Espanha, embora esse aspecto tenha sido desprezado pela historiografia dedicada ao seu estudo. Convém definir desde já duas posições: por um lado, a do anarquismo, caracterizada pela sua oposição frontal em relação ao Estado e pela postulação teórica de um internacionalismo que não podia evitar um contacto fluido com as realidades territoriais onde se desenvolvia a sua actuação. A este respeito, tem-se assinalado como a CNT na Catalunha, apesar de não estar teoricamente a favor do catalanismo, era um partido «muito catalão», que podia aceitar circunstancialmente alguns princípios do catalanismo de esquerda e também não recusava a utilização e a defesa da língua catalã⁴². Por outro lado, o nacionalismo da esquerda marxista (socialista e, mais tarde, comunista) terá diversas variantes: dar-se-á uma leitura puramente doutrinária e rigorosamente unitarista, que entenderá que é preciso fortalecer o Estado como veículo modernizador e interventor na sociedade (com o fim de eliminar as desigualdades sociais) e que considera perigosa qualquer concessão de soberania aos poderes intermédios, assim como a qualquer ideologia ou reivindicações consideradas «burguesas»; por outro lado, uma postura de maior diálogo perante as reivindicações periféricas, com raiz na tradição federal da esquerda republicana do século XIX, e, que mais uma vez tinha tendência para ser promovida sobretudo a partir da Catalunha (com muito menor força a partir da Galiza ou do Euskadi)⁴³. Esta postura diferente dependeria muito do tipo de nacionalismo periférico com o qual a esquerda espanhola tivesse de competir ou conviver em cada momento histórico e em cada lugar: assim, o diálogo entre a esquerda espanhola e o catalanismo progressista era sempre mais fácil, o que dará os seus frutos durante a II República; por outro lado, o diálogo entre a esquerda operária e o nacionalismo basco não existirá, dado o carácter conservador e católico

⁴² V. K.-J. Nagel, *Arbeiterschaft und Nationale Frage in Katalonien, 1898-1923*, Saarbrücken-Fort Lauderdale, Breitenbach, 1991; para um contraste com o caso galego, v. D. Pereira, *A CNT na Galicia, 1922-1936*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1994, pp. 131-138.

⁴³ Seria o caso do socialismo catalão de Fabra Ribas, de um Campalans, de um Joan Comorera ou mesmo de um Serra i Moret [v. R. Alcaraz i González, *La Unió Socialista de Catalunya (1922-1936)*, Barcelona, Curial, 1987, e J. M. Rodés, «Socialdemocràcia catalana i qüestió nacional (1910-1936)», in *Recerques*, n.º 7, 1978, pp. 125-145]; no Euskadi, a postura do PSOE perante o nacionalismo basco foi de clara oposição, apesar de ter existido também, ainda que circunstancialmente, uma postura aberta do socialismo guipuscoano — porque com uma constituição maior de trabalhadores bascos autóctones — no sentido do reconhecimento do «facto diferencial» basco (v. L. Mees, *Nacionalismo Vasco*, cit., pp. 251-260); no caso galego, a oposição do PSOE perante a questão nacional foi a tónica, embora se tenham verificado casos de aproximação ao galeguismo, como X. Quintanilla (v. M. González Probados, *O Socialismo na II República*, Sada-A Coruña, Edicións do Castro, 1992, pp. 285-305).

do PNV: a experiência de Indalecio Prieto como director do jornal bilbaíno *El Liberal* e a sua oposição ao nacionalismo basco nos primeiros anos da sua acção política serão as causas de que nele se tome uma posição intransigente em relação aos nacionalismos periféricos⁴⁴. O comunismo hispano, por outro lado, muito minoritário na esfera política com anterioridade a 1936, adopta uma posição mais simpatizante com as reivindicações nacionais periféricas, em parte, para cumprir as directrizes da Komintern no que se referia ao apoio às reivindicações das minorias nacionais para, assim, conquistar um fracasso do Estado burguês. Essa dinâmica leva o Partido Comunista (PCE) a declarar-se, de início com pouca convicção, a favor das reivindicações nacionais do Euskadi, da Catalunha e da Galiza, do mesmo modo que entre os comunistas dessas zonas (e de outras, como as Canárias) tem lugar um processo de aproximação relativo às posições dos nacionalismos periféricos, assimilando a libertação «nacional» à libertação do proletariado. Só no caso da Catalunha foi possível chegar a uma síntese entre sectores provenientes do catalanismo radical e de esquerda e sectores comunistas, dando lugar a formações políticas próprias (como o Partit Socialista Unificat de Catalunya, PSUC, ou o Bloc Obrer i Camperol), contando com líderes tão significativos como Andreu Nin.

O problema nacional constitui uma das linhas de fractura que levam ao fracasso do sistema político da restauração entre 1917 e 1923 (o aumento das pressões catalã e basca para obterem um estatuto de autonomia a partir de 1917) juntamente com a pressão do movimento operário e o estado de esclerose dos partidos, por turnos. A ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) não deu, neste sentido, nenhum passo em frente no que diz respeito à procura de soluções para o já existente problema nacional; pelo contrário, acentuou-o: apesar de Primo de Rivera ter sido celebrado até pela Liga Regionalista como o possível «cirurgião de ferro» que poderia pôr ordem no Estado, logo se revelou que o exército não estava disposto a tolerar nem a ceder aos nacionalismos periféricos. A ditadura tentou fazer a reforma da administração — não passando de intenção —, tal como esta era concebida pelo regeneracionismo e até pelo maurismo, para um reordenamento da administração local (Estatuto Municipal de Março de 1924) e com projectos de criação de comunidades provinciais que nunca chegaram a concretizar-se. Mas a privação de liberdade de expressão dos nacionalismos periféricos terá o efeito de multiplicar os seus apoios e as suas forças, não só de bascos e catalães, mas até do mais frágil nacionalismo galego, ao mesmo tempo que surgiam alguns regionalismos menores ou maiores noutras zonas⁴⁵. Assim,

⁴⁴ J. P. Fusi, *El País Vasco: Pluralismo y Nacionalidad*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

⁴⁵ J. L. de la Granja, *Nacionalismo y II República en el País Vasco*, Madrid, CIS-Siglo XXI, 1986; E. Ucelay-Da Cal, *La Catalunya Populista. Imatge, Cultura i Política en l'Etapa Republicana*, Barcelona, Ed. de la Magrana, 1982. Para uma panorâmica geral sobre a questão

em 1931 as diversas organizações nacionalistas contam com um apoio difícil de imaginar antes de 1923, e não devemos esquecer os bons resultados obtidos pelos candidatos galeguistas Castelao ou Otero Pelayo nas eleições para a Assembleia Constituinte de Junho de 1931; até no caso galego, onde a ditadura de Primo de Rivera tinha recebido uma aceitação importante pela sua identificação entre nacionalismo espanhol e monarquismo (*versus* aproximação do nacionalismo periférico ao republicanismo), quando o galeguismo encontra uma organização estável e estruturada em volta de um partido político moderno, o Partido Galeguista (PG), este protagoniza uma expansão que, se não tivesse sido interrompida bruscamente pela guerra civil, poderia ter levado a um autêntico movimento de massas⁴⁶.

Por seu lado, o nacionalismo espanhol chega à II República profundamente dividido, facto que se vai acentuando. Por um lado, implanta-se uma ideia cada vez mais antidemocrática e fascizante de todo o espectro político dereitista espanhol, desde a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA) até às propostas — minoritárias — de um fascismo espanhol, fascismo que, na sua maioria — e não considerando certos jogos político-literários de Gimenez Caballero com alguns sectores vanguardistas do nacionalismo catalão durante os anos 20⁴⁷ —, se define por um acentuado castelhano-centrismo e do qual também é catalisador um crescente anticatalanismo e, por extensão, por um nacionalismo reaccionário e contra os nacionalismos periféricos, sem deixar de abandonar os sonhos imperiais. O fascismo espanhol, deste modo, dá prioridade, em primeiro lugar, à recuperação do patriotismo espanhol, ameaçado pelos nacionalismos periféricos, e, em segundo lugar, e não com tanta força, promoverá um imperialismo cultural em relação à América Latina, alimentado pelo apelo à hispanidade⁴⁸.

nacional na II República espanhola, v. J. G. Beramendi e R. Máiz (eds.), *Los Nacionalismos*, cit.; para uma revisão historiográfica, v. também X. M. Núñez Seixas, «Historiografía sobre la cuestión nacional en la II República española: balance y perspectivas», in *Cuadernos Republicanos*, n.º 15, 1993, pp. 67-97.

⁴⁶ V. X. Castro, *O Galeguismo na Encrucillada Republicana*, Ourense, Deputación Provincial, 1985, 2 vols., e J. G. Beramendi e X. M. Núñez Seixas, «Nacionalismo gallego y sociedad (1840-1994): una interpretación general», in *Spagna Contemporanea*, n.º 7, 1995.

⁴⁷ V. E. Ecelay-Da Cal, «Vanguardia, fascismo y la interacción entre nacionalismo español y catalán. El proyecto catalán de Ernesto Giménez Caballero y algunas ideas corrientes en círculos intelectuales de Barcelona, 1927-1933», in J. G. Beramendi e R. Máiz (eds.), *op. cit.*, pp. 39-96; sobre os contactos posteriores entre fascismo e nacionalismos periféricos durante os anos 30, v. também X. M. Núñez Seixas, «Katalanismus und faschismus. Zur interpretation eines katalanistischen memorandums an das nationalsozialistische Deutschland», in *Zeitschrift für Katalanistik*, 6, 1993, pp. 159-206.

⁴⁸ V. S. G. Payne, *Falange. A History of Spanish Fascism*, Stanford, Stanford University Press, 1961, e S. Ellwood, *Prietas las Filas. Historia de Falange Española, 1933-1983*, Barcelona, Crítica, 1984; para uma análise mais exaustiva das posturas da Falange Espanhola das JONS perante os nacionalismos periféricos, v. algumas referências em J. M. Thomàs, *Falange*,

As propostas de um nacionalismo espanhol liberal, democrático e aberto a um maior diálogo com os nacionalismos periféricos de Manuel Azaña ou de Ortega y Gasset acabaram por ser afastadas pelos acontecimentos e, em parte também, por um nacionalismo progressista, mas de raiz jacobina, introduzido, como já vimos, pelo Partido Radical de Lerroux e retroalimentado pela oposição a nacionalismos periféricos de feição conservadora, mas que, curiosamente, aceita e colabora com os nacionalismos periféricos sempre que estes são de feição progressista: logo, o entendimento entre socialistas e republicanos catalanistas e espanhóis continua a ser relativamente fácil, o que foi evidente no facto de vários destes chegarem a ser ministros durante a II República⁴⁹. A solução constitucional através da qual se chega à compatibilização do Estado republicano como um Estado integral com o reconhecimento do direito à posse de um estatuto de autonomia para aquelas regiões que o aprovassem em plebiscito — colocando um pesada barreira para a sua aprovação, os dois terços do recenseamento eleitoral — tinha, apesar de todas as imperfeições e do seu carácter improvisado, uma virtualidade política: estabelecia implicitamente que o acesso à autonomia era consequência de um reconhecimento democrático da especificidade, da diferença. E, deste modo, foi aprovado primeiro — com grande entusiasmo pela maioria da população catalã — o Estatuto Catalão, em 1932, depois o Estatuto Basco, em 1933, e, finalmente, o Estatuto Galego, em 1936. A Espanha caminhava, assim, para uma estrutura territorial de tipo pseudofederal onde não se generalizava uma descentralização administrativa em todas as regiões, mas que estabelecia as bases para um limitado reconhecimento do carácter pluricultural ou multinacional do Estado⁵⁰.

A progressiva radicalização política que tem lugar durante o curto mas intenso período republicano acaba por desembocar num enfrentamento civil

Guerra Civil, Franquisme, FET y de las JONS de Barcelona en els Primers Anys de Règim Franquista, Barcelona, Publ. de l'Abadia de Montserrat, 1992, para o caso catalão; para o caso galego, v. X. M. Núñez Seixas, «El fascismo en Galicia. El caso de Ourense (1931-1936)», in *Historia y Fuente Oral*, 10, 1993, pp. 143-174.

⁴⁹ E. Ucelay-Da Cal, «La estrategia dual catalana el la Segunda República», in X. Vidal-Folch (ed.), *Los Catalanes y el Poder, Madrid*, El País-Aguilar, 1994, pp. 113-123.

⁵⁰ Sobre a discussão da fórmula de estrutura territorial do Estado Republicano e dos respectivos processos estatutários nas três «nacionalidades históricas», existe um vasto leque de estudos. V. o artigo sintético de A. de Blas Guerrero, «El debate doctrinal sobre la autonomía en las Cortes Constituyentes de la II República», in *Historia Contemporánea*, n.º 6, 1991, pp. 119-143; sobre o Estatuto Catalão, v., entre outros, M. Gerpe Landín, *L'Estatut d'Autonomia de Catalunya i l'Estat Integral*, Barcelona, Edicions 62, 1977; sobre o Estatuto Basco, v. J. L. de la Granja, *El Estatuto Vasco durante la II República*, Oñati, IVAP, 1990; sobre o Estatuto Galego, v. X. Vilas Nogueira, *O Estatuto Galego*, A Coruña, Ed. do Rueiro, 1975. Seguramente a barreira dos dois terços do censo eleitoral para poder aprovar os respectivos estatutos de autonomia esteve submetida a muitas manipulações, principalmente nos casos basco e galego, em virtude dos pactos congeminados entre as diversas forças políticas.

de três anos (1936-1939), onde os nacionalismos periféricos chegam muito mais unidos — apesar da divisão entre o catalanismo conservador, que opta pelo lado franquista, e o catalanismo republicano e de esquerda, que permanece fiel à República — do que o nacionalismo espanhol⁵¹. No dia 18 de Julho de 1936 este último sofre uma profunda divisão interna, que se simboliza no facto de as duas facções começarem a utilizar bandeiras diferentes (a republicana de três cores contra a bicolor bandeira franquista), simbologias e hinos diferentes. A fragilidade relativa do nacionalismo liberal-democrático espanhol vai sendo acentuada consoante o avanço do conflito e o terreno ganho pelos franquistas, de modo que em 1939 assiste-se a um fenómeno de certo modo paradoxal: a derrota perante o fascismo não contribui para a união dos nacionalismos periféricos com o nacionalismo espanhol republicano, mas para o seu afastamento. Bom exemplo desse facto serão as últimas reflexões de Manuel Azaña pouco antes da sua morte, crivadas de azedume contra o que considerava um comportamento desleal dos nacionalismos periféricos para com a República, tal como a tendência para a radicalização demonstrada pelos nacionalismos periféricos no exílio durante os primeiros anos⁵². Após 1939, o nacionalismo espanhol passava, na prática, a ser identificado com a facção vitoriosa e os nacionalismos periféricos prosseguiram uma dinâmica de certa radicalização e maior afastamento do que tinha ficado de espanholismo liberal ou de esquerda. Afastamento que, uma vez diluídas as esperanças depositadas no facto de que a derrota dos fascismos na Segunda Guerra Mundial levasse também à derrota do regime de Franco, deu origem a um progressivo encerramento sobre eles próprios de cada um dos nacionalismos periféricos durante os anos 50 e 60, sempre dentro da inactividade e falta de dinamismo geral que sempre caracterizou os diversos exílios políticos espanhóis.

4. UM NOVO FRACASSO NACIONALIZADOR DO FRANQUISMO

Enquanto no exílio republicano espanhol vai prevalecer a tendência para mudar as formulações sobre o problema nacional mantidas desde a II República, no interior da Espanha as componentes da questão vão evoluir, especialmente durante os anos 50 e 60, ao ritmo das profundas mudanças que se darão também no seio da sociedade espanhola. O franquismo, em grande medida, aumentou o efeito de incubação que já tinha produzido a ditadura de

⁵¹ B. de Riquer, «Aproximació», cit., p. 260.

⁵² Sobre a radicalização do nacionalismo catalão no exílio, v. D. Díaz Esculies, *El Catalanisme Polític a l'Exili (1939-1959)*, Barcelona, Ed. de la Magrana, 1991; sobre o caso basco, v. Beltza, *El Nacionalismo Vasco en el Exilio 1937-1960*, S. Sebastian, Txertoa, 1977.

Primo de Rivera: neste sentido, a proposta de nacionalismo espanhol de raiz católico-tradicional combinada com alguns contributos provenientes do fascismo hispânico não conseguiu impor-se nem eliminar os nacionalismos periféricos. Bem pelo contrário: a presença real de uma opressão estatal que procurava reduzir não só os nacionalismos periféricos a uma expressão mínima, mas também às suas manifestações culturais — e sobretudo à perseguição da promoção das línguas, embora esta revestisse um carácter particular e não conseguisse evitar a sua utilização em certos âmbitos⁵³ —, deu a ideia real de «ocupação espanhola» nalgumas zonas — especialmente presente no País Basco e na Catalunha — e contribuiu para a coesão das comunidades nacionalistas catalãs e bascas⁵⁴. No caso galego, a guerra civil tinha interrompido uma dinâmica de grande expansão na sua base social, que não estava tão consolidada como na Catalunha ou no Euskadi para poder resistir ao terrível golpe de 1936; por isso, a construção da incipiente «comunidade nacionalista» nas difíceis circunstâncias do pós-guerra foi muito mais problemática, ficando diminuído o número efectivo de activistas galeguistas. No entanto, o caminho cultural prosseguido pelo galeguismo do interior após 1950 vai garantir uma sobrevivência da alta cultura em galego, assim como a de uma memória histórica daquilo que tinha sido o galeguismo, mesmo que se possa discordar do facto de esta estratégia ter sido a melhor para a possibilidade de reconstrução de um nacionalismo político que aparecesse como continuidade do Partido Galeguista da II República.

Ao mesmo tempo que se dá uma combinação de repressão estatal e subsistência do legado político espanhol, unida ao fracasso da «neo-espanholização franquista» de sinal católico-tradicionalista, também se produz uma série de importantes mutações ideológicas no seio dos nacionalismos periféricos durante o franquismo. Por um lado, sobretudo no caso catalão, dá-se uma reconversão por parte do catalanismo republicano e do conservador numa proposta nacionalista de clara raiz católica (muito influenciada pelo personalismo cristão nos anos 50), facto lógico se levarmos em conta que a Igreja se torna a depositária da tradição nacionalista e um dos focos protectores que restam para a preservação da cultura autóctone fora do âmbito oficial; no País Basco dá-se um facto semelhante, mas que irá fortalecer a

⁵³ V. X. M. Núñez Seixas, «Galeguismo e cultura durante o primeiro franquismo (1939-1960). Unha interpretación», in *A Trabe de Ouro*, n.º 19, 1994, pp. 99-117 (parte 1) e n.º 20, 1994, pp. 85-103 (parte II).

⁵⁴ Para o caso basco, v. A. Gurruchaga, *El Código Nacionalista Vasco durante el Franquismo*, Barcelona, Anthropos, 1985. Gurutz Jáuregui tem afirmado correctamente que, se na concepção de Sabino Arana, Euskadi era um país «ocupado» pela Espanha, a repressão franquista deixou transparecer perante muitos bascos essa «ocupação» como um facto real (v. G. Jáuregui, *Ideología y Estrategia Política de ETA. Análisis de su Evolución entre 1959 y 1968*, Madrid, Siglo XXI, 1981).

tradição anterior⁵⁵. Por outro lado, desde princípios dos anos 60 dá-se a explosão da influência marxista-leninista, da doutrina do colonialismo interno e do exemplo político imediato apresentado pelos países do Terceiro Mundo sobre as novas gerações de activistas nacionalistas que protagonizaram uma espécie de «revolta geracional» contra os mais velhos, mais ligados aos postulados da II República: o resultado vai ser o aparecimento de novos partidos, como a União do Povo Galego (UPG), na Galiza, o Partit Socialista d'Alliberament Nacional (PSAN), na Catalunha, ou mesmo a evolução da ETA em relação a essas posições ideológicas⁵⁶. Isso passa-se também com a esquerda canária, que, a partir de grupos de esquerda radical e cisões do PCE que evoluem para o nacionalismo, vê aparecer durante os anos 60 uma corrente política de esquerda nacionalista que interpreta como uma questão «colonial» a situação periférica das Canárias⁵⁷.

O franquismo consagrou a hegemonia daquele nacionalismo espanhol de carácter reactivo e de raiz tradicionalista-autoritária, sendo a longo prazo o contributo do fascismo espanhol menor do que o do nacionalismo conservador anterior, que vai centralizar o seu discurso na afirmação essencialista de uma Espanha católica identificada com Castela, que vai definir um *Volksggeist* espanhol cuja expressão complementar é o conceito de hispanidade⁵⁸. A política educativa do franquismo será um dos terrenos onde se vai tentar pôr em prática esse programa de «renacionalização», ao qual se juntará uma política de propaganda oficial e de exaltação patriótica ligada a certas datas e símbolos (o dia 18 de Julho, aniversário do chamado levantamento contra a II República, o dia 12 de Outubro, dia da hispanidade, etc.), até à manipulação de símbolos desportivos (sobretudo o futebol). Ora, o seu êxito continua a ser relativamente limitado, como será evidenciado, a partir dos anos 60, com o aumento da oposição interna e principalmente após 1975.

Essa apropriação do discurso nacionalista espanhol por parte do franquismo e da direita sociológica em geral terá também consequências posteriores para o conjunto do nacionalismo espanhol, sobretudo quando este é obrigado a mostrar uma credibilidade democrática durante o período final do franquismo e o princípio da transição democrática: vai dar-se uma deslegitimação de qualquer forma de nacionalismo espanhol que estivesse identificada com a defesa do franquismo; como resultado, também em parte

⁵⁵ V. J. Colomer, *Espanyolisme i Catalanisme. La Idea de Nació en el Pensament Polític Català (1939-1975)*, Barcelona, L'Avenç, 1984.

⁵⁶ V. J. Sullivan, *El Nacionalismo Vasco Radical, 1959-1987*, Madrid, Alianza Editorial, 1988; F. Rubiralta, *Orígens i Desenvolupament del PSAN, 1969-1974*, Barcelona, Ed. de la Magrana, 1988.

⁵⁷ V. D. Garf Hayek, *Historia del Nacionalismo Canario*, Santa Cruz de Tenerife, Benchomo, 1993, pp. 91-121.

⁵⁸ V. X. Arbós e C. Puigsec, *Franco i l'Espanyolisme*, Barcelona, Curial, 1980.

disso, terá lugar uma deslocação circunstancial da esquerda espanhola na oposição às posições federalistas e mesmo de convivência com os nacionalismos periféricos. Tratar-se-á, em ambos os casos, de um federalismo pouco convicto, de «reação espontânea» e com uma aceitação dos postulados dos nacionalismos periféricos provocada mais pela impossibilidade momentânea de encontrar uma referência espanhola legitimada do que pela comunhão real com estes. Por outro lado, o PCE prosseguiu na linha, demarcada pela III Internacional no período entre as duas guerras e manifestada parcialmente durante a II República, de apoio às reivindicações nacionalistas periféricas, facto que também era motivado, a partir dos anos 60, pela necessidade de competir com as opções da própria esquerda nacionalista; por outro lado, o Partido Socialista (PSOE) chega a afirmar nos seus congressos o direito à autodeterminação das nacionalidades ibéricas⁵⁹, facto que, para além de reflectir a atmosfera de desorientação político-cultural sobre a questão nacional existente na esquerda espanhola, também era motivado pela necessidade de aglomerar todos os partidos de âmbito territorial que vão aparecer desde os anos 60 e que ameaçavam criar uma plataforma de coordenação ao nível estatal: a posição de abertura do PSOE — embora pouco convicta — em relação às reivindicações periféricas foi um dos factores que lhe permitiram completar o processo de unidade socialista nos anos 70 à sua volta, tendo conseguido atrair tanto o catalanismo socialista como parte do Partido Socialista Galego (PSG), por exemplo.

5. NACIONALISMOS NA ESPANHA DEMOCRÁTICA

A consolidação da democracia constitucional em Espanha após 1976, processo para o qual contribuíram decisivamente os nacionalismos periféricos (o nacionalismo catalão participou activamente na redacção da Constituição de 1978), traz a primeira intenção de resolução do problema da estrutura territorial do Estado e da satisfação dos desejos dos nacionalismos periféricos. Do mesmo modo que na II República, evidencia-se desde as primeiras eleições democráticas de 1977 que estes continuam com forte vitalidade e a crescer e a consolidar-se em paralelo com a democracia política. Tanto o PNV como o nacionalismo conservador catalão, representado agora por Convergencia i Unió (CiU), adquirem uma hegemonia política relativa no Euskadi e na Catalunha, mostrando um alto grau de continuidade com a situação anterior a 1936. Do mesmo modo, produz-se também um crescimento das opções abertamente independentistas, geralmente ligadas a posições

⁵⁹ V. A. de Blas Guerrero, «El problema nacional-regional español en los programas del PSOE y del PCE», in *Revista de Estudios Políticos*, n.º 3, 1978, pp 155-170.

que se confessam de esquerda radical, embora esse crescimento seja moderado e não ultrapasse os 15-20% dos resultados eleitorais tanto no Euskadi (o voto na Aliança Radical, próxima da ETA) como na Catalunha (hoje representada pela ERC).

A solução política da questão nacional a que se chegou na Constituição de 1978 estabelece um marco que combina a concepção da Espanha como nação política com um regime de estatutos de autonomia generalizáveis a todos os territórios do Estado, juntamente com uma especial menção às «nacionalidades históricas», ou seja, aqueles territórios que plebiscitaram um estatuto de autonomia na II República. O artigo VIII da Constituição consagra o chamado sistema autonómico, que constitui «um café com leite para todos», uma solução temporal recebida mais como um programa mínimo do que realmente aceite pelos nacionalismos periféricos, sobretudo pelo basco, e que vai gerar ondas sucessivas de descontentamento por parte destes⁶⁰. Daí parte um paradoxo da situação constitucional espanhola: exceptuando o facto de o eleitorado basco se ter absterido maioritariamente no referendo constitucional de 1978, adoptando a posição do PNV (ou seja, tolera-se a Carta Magna, mas não se aceita, contrariamente à maioria do catalanismo), quase todos os partidos e forças políticas que na altura aceitaram a fórmula autonómica estabelecida na Constituição estavam longe de acreditar nas virtudes a longo prazo da mesma: basta lembrar as reticências expressas por um dos redactores desta, Manuel Fraga, ou o facto de o federalismo prosseguir como meta final de vários sectores do Partido Socialista (sobretudo no seio do socialismo catalão) e também da esquerda comunista (primeiro o Partido Comunista, hoje em dia a aliança de comunistas e outras forças de esquerda, Izquierda Unida).

O sistema das autonomias encerra imprecisões substanciais e até contradições políticas de base, para além de subtilidades políticas⁶¹. A fundamental é a indefinição conceptual, visto que se afirma, por um lado, que a Espanha é a única nação política existente, mas depois reconhece-se a existência de «nacionalidades históricas» — razão daquela irónica afirmação do último presidente no exílio da Generalitat catalã Josep Tarradellas: «a Espanha é o Estado-nação e a Catalunha a nação sem Estado» —, daí derivando interpretações divergentes: por um lado, o estabelecimento de duas vias de acesso à autonomia (a via rápida, seguida pelas nacionalidades históricas e pela

⁶⁰ V. C. R. Aguilera de Prat, *Nacionalismos y Autonomías*, Barcelona, PPU, 1993, e J. Solé Tura, *Nacionalidades y Nacionalismos en España*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

⁶¹ Outras visões mais optimistas atribuem uma grande virtualidade ao sistema, chegando a afirmar que este leva a cabo uma clara diferenciação entre «nações culturais» e a nação política [v. J. J. Solozábal Echevarría, «El Estado autonómico como Estado nacional (adaptabilidad y rendimiento integrador de la forma política española)», in *Sistema*, n.º 116, 1993, pp. 67-84].

Andaluzia, e a via lenta, seguida pelas outras, embora Valência, Navarra e as Canárias tenham ido mais depressa do que as restantes) e a menção propositada às nacionalidades históricas, satizfazendo a exigência dos nacionalismos periféricos de que a estrutura territorial do Estado reconhecesse os «factos diferenciais»; por outro lado, ao criar de um modo um tanto artificial as administrações autonómicas, tem-se gerado não só um certo caos administrativo (frequente sobreposição e duplicidade de administrações, o recurso aqui e ali ao financiamento das comunidades autónomas mediante a emissão de dívida pública), mas também um terreno de actuação complementar para o aparecimento de elites políticas regionais que encontram uma legitimação dos seus aparelhos de poder na reivindicação de maiores quotas de autogoverno e que mesmo nalguns casos (La Rioja, Cantábria, ...) começam a «inventar» uma nação anteriormente inexistente⁶². Daí a falta de clareza sobre os princípios da estruturação territorial do Estado levar a uma incompreensão entre os nacionalismos periféricos e o resto das elites políticas autonómicas, a que se junta a proliferação de regionalismos e até de «nacionalismos» aqui e ali — recorde-se que até em Múrcia ou Cantábria existem partidos nacionalistas, embora minoritários — que na maioria dos casos não são mais do que disfarces ideológicos de quotas de poder regional ou de saídas políticas surgidas das sucessivas cisões que já não sabiam que espaço político ocupar⁶³: para isso contribuiu o estado de desestruturação que afectou boa parte do centro-direita espanhol desde o espectacular fracasso da coligação política que ganhara as eleições gerais de 1977 e 1979, a União do Centro Democrático (UCD), nas eleições de 1982, o que fez aparecer como única saída razoável a curto prazo para vários grupos de notáveis e elites políticas locais a sua defesa de «regionalismos» ou até «nacionalismos» que, ideologicamente, tem mais de vestimenta demagógica do que propriamente de reivindicação real, mas só assim podem aqueles justificar a sua existência e construir um espaço político próprio, apelando os regionalistas mais conservadores a uma espécie de neoforalismo tradicional (UPN em Navarra)⁶⁴. Em virtude disso, explicam-se os confrontos entre comunidades autónomas

⁶² Neste sentido, é aplicável ao Estado autonómico a conhecida tese de J. Breuilly (*Nationalism and the State*, Manchester, Manchester University Press, 1993, 2.ª ed.), segundo a qual o nacionalismo serve como veículo de legitimação das instituições estatais (neste caso autonómicas), promovido conscientemente pelas elites, que precisam de fomentar sentimentos de «identidade autonómica».

⁶³ Um caso caricatural pela sua evidência foi protagonizado um dia por um membro trãsfuga do município madrileno, que, perante a clareza dos seus intentos oportunistas, optou por se definir como «regionalista madrileno», fundando um agrupamento político com esse nome.

⁶⁴ V. as acertadas observações de B. Loyer, «Nations, États et citoyens en Espagne», in *Hérodote*, n.ºs 73-74, 1994, pp. 76-91.

que recentemente sacodem a opinião pública — como a «guerra da água» do Verão de 1994 entre as comunidades de Castilla-La Mancha, Múrcia e Valência, todas elas com maioria socialista, que disputavam o aproveitamento das águas do Guadiana e do Tejo — e a necessidade de justificar a própria posição de poder através da reivindicação da equiparação competencial com as chamadas «autonomias de primeira», vendendo a mensagem demagógica de que maiores competências equivalem automaticamente a uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Com isso, a gaiola de grilos na qual se torna o Estado das autonomias em razão dessa espiral provoca, por sua vez, o receio dos nacionalismos periféricos. Neste sentido, pode afirmar-se que a proposta mecanicamente apresentada por boa parte da esquerda espanhola não viria a oferecer qualquer solução para o contencioso territorial existente, criando 17 estados federais baseados nas actuais comunidades autónomas; de facto, a maioria dos nacionalismos periféricos — sobretudo o catalão e o galego — tenderam, historicamente, a defender o federalismo como fórmula de estruturação do Estado espanhol, e mesmo ibérico, mas consideravam antes que as unidades básicas que se federariam seriam as «nacionalidades históricas», ou seja, quatro, Galiza, Catalunha, Euskadi e Castela, identificada com o resto da Espanha⁶⁵.

Mas a proliferação de «regionalismos», em paralelo com a generalização do sistema autonómico, traduz também outra realidade, herdada do franquismo: ainda continuam os problemas de legitimação do nacionalismo espanhol, tanto do lado da direita como da esquerda. Muitos desses regionalismos podem ser reduzidos ideologicamente a formas de nacionalismo espanhol: veja-se o caso da Unidad Alavesa, no Euskadi, que, no fundo, pretende representar e traduzir a opinião dos sectores da população opostos à concepção nacionalista e bascofalante do Euskadi numa forma «aceitável» e legitimada no contexto político actual, que afirma a pretensão de pedir a autodeterminação de Alava (para se integrar na Espanha, subentenda-se) no caso de o conjunto do Euskadi se encaminhar para a independência.

O nacionalismo da direita espanhola ainda hoje continua a ter esses problemas de legitimação, o que é compreensível, se considerarmos o peso do franquismo e a interrupção brusca daquela tradição de nacionalismo liberal da II República. Daí que nos últimos tempos as mensagens provenientes do

⁶⁵ Sem irmos mais longe, esta era a proposta da ERC durante a II República ou do dirigente do PG Alfonso R. Castelao, na sua obra magna *Sempre en Galiza*, Buenos Aires, Edicións As Burgas, 1944. O PNV pelo contrário, continua a manter-se na sua característica ambiguidade, mas de vez em quando deixa aflorar a sua verdadeira reivindicação: a «reintegração foral», interpretável hoje em dia como um estatuto quase confederal em que se estabelece um pacto livre do País Basco com a Coroa, fórmula que também agrada a alguns sectores da Convergència i Unió [v. Vidal-Folch (ed.), «Los catalanes y el poder hoy», *op cit.* pp. 13-85].

terreno da direita sejam bastante contraditórias, pois nelas convive a praxe política do partido de centro-direita espanhol, o Partido Popular (PP), na Galiza — onde é justo reconhecer que leva a cabo uma certa política de defesa da cultura autóctone e fomenta moderadamente as referências de identidade galega da população, embora seja previsível que deixe de o fazer mal essa dinâmica de afirmação da identidade se revele contrária aos seus interesses políticos —, com a do PP no Euskadi e na Catalunha, onde com mais força se manifesta a tradição de nacionalismo «reaccionário», que começa no princípio deste século. Mas, mesmo assim, o espanholismo da direita democrática leva a cabo uma tentativa de recuperação da herança do republicanismo reformista combinada a partir de alguns sectores da direita com a solução da «administração única» de Manuel Fraga e que supõe uma racionalização do sistema autonómico tal qual aparece na Constituição⁶⁶. Ora, embora tivesse aceite plenamente aquela no que diz respeito ao modelo autonómico de estruturação do Estado, o PP mantém-se na defesa de uma única nação política (a Espanha), posição combinada só nalguns sectores com uma aceitação ou uma atitude tolerante e dialogante com a diversidade cultural da Espanha, que não se traduz, porém, num reconhecimento político da «diferença», mas tende para uma homogeneização competencial de todas as comunidades autónomas⁶⁷.

A esquerda espanhola, por seu lado, parece recuperar uma forma de neo-espanholismo, que também bebe nas fontes do regeneracionismo e mais tarde do republicanismo, mas continua sem encontrar uma fórmula ideológica que lhe permita defender a compatibilidade da existência de uma nação política com o reconhecimento da plurinacionalidade cultural do Estado. Tentar defender que a Espanha é uma nação não é uma tarefa fácil do ponto de vista teórico. Daí a aceitação entusiasta dispensada à fórmula, concebida na sua origem por Jürgens Habermas para a Alemanha, «patriotismo constitucional»⁶⁸, ou seja, de defesa da nação política baseada na livre vontade dos cidadãos, juntamente com a aceitação teórica do carácter plurinacional no sentido cultural do Estado, e que poderia projectar-se para uma dimensão europeia.

No interior da esquerda espanhola parecem conviver duas almas: assim, enquanto nalguns sectores pode apreciar-se uma maior abertura para a acei-

⁶⁶ V. M. Fraga, *Impulso Autonómico*, Barcelona, Planeta, 1994.

⁶⁷ Um exemplo desta postura (aceitação da pluralidade cultural da Espanha, acatamento do marco autonómico, mas ao mesmo tempo defesa da igualdade de princípio de todas as regiões associada à afirmação de nacionalismo espanhol e da necessidade neo-regeneracionista de conquistar um novo «patriotismo»), encontra-se no recente livro do presidente do PP, J. M. Aznar, *España: La Segunda Transición*, Madrid, Espasa-Calpe, 1994.

⁶⁸ V. J. J. Laborda, «Patriotismo constitucional y Estado democrático», in *Sistema*, n.º 108, 1992, pp. 5-14.

tação do carácter plurinacional do Estado, noutros domina um espanholismo herdeiro da tradição jacobina da própria esquerda espanhola e que na maior parte das vezes nega a diversidade cultural dos diferentes povos de Espanha, o que é acompanhado por um europeísmo reducionista e alimentado pela oposição constante aos nacionalismos periféricos. Veja-se o caso de grande parte da fracção «guerrista» do PSOE, de base eleitoral agrária-meridional (da qual é típico representante o presidente da Comunidade Autónoma de Extremadura, Juan Carlos Rodríguez Ybarra), de amplos sectores do socialismo basco ou catalão que, baseados na população imigrada no Euskadi ou na Catalunha, professam uma oposição frontal a qualquer reivindicação dos nacionalismos periféricos, ou de um sector do socialismo galego hoje em dia representado emblematicamente pelo actual presidente da câmara da cidade da Corunha e acérrimo inimigo da normalização do idioma galego, Francisco Vazquez, que (à parte a componente eleitoralista e oportunista que possa existir na sua posição para continuar a governar com os votos da direita sociológica) recorre repetidamente a uma posição já tradicional da esquerda espanhola, fortalecida pela necessidade de se opor ao crescimento do nacionalismo galego nos últimos anos, e que não por acaso apela também à tradição — de raiz progressista decimonónica, fortalecida após o regeneracionismo — do municipalismo, ou seja, à defesa da potencialização da autonomia dos municípios como base para uma descentralização administrativa ao serviço da democracia política e do bem-estar do cidadão. No entanto, a nova ênfase municipalista de vários sectores, tanto da esquerda como da direita espanhola, parece, também neste caso, obedecer parcialmente à mesma lógica que rege a proliferação dos «regionalismos autonómicos»: a necessidade de garantir o controle de parcelas de poder, contrariando, assim mesmo, as propostas de maior autogoverno territorial dos nacionalismos periféricos.

ALGUMAS HIPÓTESES PARA O FUTURO

Convém lembrar que a função da história é ajudar-nos a compreender melhor o presente, mas não necessariamente propor receitas mágicas de aplicação imediata, nem muito menos prever o futuro. No entanto, e a partir da perspectiva histórica exposta anteriormente, podemos prognosticar as seguintes coordenadas básicas que, em nossa opinião, determinam e determinarão, em grande medida, a evolução ulterior da questão nacional em Espanha neste fim de século.

1. De acordo com o que expusemos, é difícil pensar que a solução autonómica, tal como foi concebida na Constituição de 1978 e praticada até agora, poderá manter-se sem qualquer alteração. As constituições não são

inflexíveis pelo simples facto de serem constituições, mas sim adaptáveis às condições políticas de cada época. Mais cedo ou mais tarde, impor-se-á a necessidade de uma reforma territorial do Estado, de modo que nele se reconheça não só uma estrutura descentralizada e tendente para um sistema federal, como também um grau de autogoverno ou de tratamento específico (o que não quer dizer privilegiado) a atribuir àqueles territórios ou nacionalidades que exprimam ou tenham expresso a sua vontade nacional/diferencial de modo maioritário (como de facto estabelecia o sistema autonómico da II República). Uma maior descentralização, quer segundo o modelo da administração única, quer segundo uma fórmula totalmente federal — apesar de esta ter um fundamento diferente: a prévia soberania dos estados que formam a federação —, não resolverá por si as tensões entre o governo central e os nacionalismos periféricos, já que estes querem — e reclamam — um tratamento que reconheça a sua *diferença*, mais uma relação bilateral com o centro do que uma relação multilateral e diluída no resto das comunidades autónomas ou, talvez, futuros estados federais⁶⁹. E isto acontece precisamente quando tanto a esquerda como a direita espanhola estão basicamente de acordo com um modelo igualitário de descentralização do Estado, embora seja a esquerda, de acordo com a sua tradição, que ainda alimente, de um modo mais mecânico do que convicto, a chama do federalismo.

2. Ao mesmo tempo, também se torna difícil pensar que possa existir hoje em dia, e em princípio a médio prazo, uma tendência clara para o secessionismo, especialmente no País Basco ou na Catalunha, apesar dos passageiros «efeitos de demonstração» que periodicamente abalarão os desejos mais ou menos contidos de independência entre os nacionalistas periféricos (cada vez que se proclama um novo Estado independente, como aconteceu em determinada altura com a independência dos Estados bálticos e com a desintegração da União Soviética; porém, a independência da Eslováquia ou a recente vitória eleitoral dos independentistas no Quebec tiveram um efeito muito menor, visto que as condições políticas internas eram menos favoráveis para que esse efeito de demonstração se repercutisse ou amplificasse⁷⁰).

Actualmente, um facto evidente é que os nacionalismos periféricos se confrontam claramente — ou melhor, preferem por enquanto evitar a confrontação — com os dilemas políticos que a aplicação prática dos direitos de

⁶⁹ Neste sentido, coincido com J. Tusell, «España, nación de naciones: Cataluña en el contexto español actual», in *Cuenta y Razón*, n.º 89, 1994, pp. 22-26, excepto no galimatias conceitual de «nação de nações», que, na minha opinião, é uma contradição em si mesmo.

⁷⁰ Uma boa análise destes fenómenos encontra-se em D. Conversi, «Dommino effect or internal developments? The influence of international events and political ideologies on Catalan and Basque nationalisms», in *West European Politics*, n.º 3, 1993, pp. 245-270.

autodeterminação não deixaria de levantar, dilemas que se revelam especialmente difíceis de ultrapassar no caso basco, como já o manifestou explicitamente o próprio presidente do PNV, Xabier Arzalluz: que territórios configurariam, por livre decisão democrática por referendo, uma futura Euskadi independente? Guipúscoa ou Biscaia na melhor das hipóteses? Que se passaria se Navarra e Ávila, como é previsível de acordo com a sua orientação política actual, rejeitassem nesse referendo a independência (para não falarmos do País Basco francês)? Pondo de parte, é claro, o facto de ter de garantir a convivência entre a comunidade nacionalista e a não nacionalista (composta, em grande parte, por emigrantes do resto da Espanha ou pelos seus descendentes). Tanto o nacionalismo basco como o catalão, apesar de ostentarem nos seus territórios a maioria social e eleitoral mais ampla, apesar de mais dividida, no caso da Euskadi, mas com muito notórias desigualdades territoriais⁷¹ —, estão perfeitamente conscientes de que essa maioria é mais relativa do que absoluta e de que não podem vangloriar-se de uma hegemonia indiscutível dentro dos seus âmbitos geográficos, grau de hegemonia que, além disso, varia significativamente conforme se trate de eleições autonómicas, gerais ou europeias: a recente tendência para o crescimento do voto «espanhol» no País Basco, por exemplo, nas eleições europeias e autonómicas de 1994, pode ser um claro exemplo do que foi dito anteriormente. E isso acontece também por outra razão: não existe uma correlação tão idêntica como poderia pensar-se inicialmente entre voto nacionalista, consciência nacional e vontade independentista; o caso recente do Quebeque pode ilustrar perfeitamente esse *décalage* entre as variáveis apontadas, o mesmo se verificando igualmente com o nível do voto nacionalista na Escócia, que não corresponde ao grau de consciência nacional manifestado em todos os inquéritos de opinião: recordemos que na melhor época eleitoral do Scottish National Party (SNP) o referendo sobre a *devolution* efectuado em 1979 na Escócia teve um resultado negativo, o que trouxe um abalo considerável ao nacionalismo escocês (que até hoje não conseguiu ainda voltar a conquistar a quota de 30% dos sufrágios que tivera em meados dos anos 70). E estas lições estão presentes na memória dos partidos nacio-

⁷¹ Recorde-se o quebra-cabeças político que é o País Basco: em cada uma das três províncias da Comunidade Autónoma Basca um partido político diferente detém a maioria social *relativa* (o PNV na Biscaia, o HB em Guipúscoa, o tandem PP-Unidad Alavesa em Álava), o mesmo que em Navarra (UPN-PP). Mesmo dentro de cada uma das províncias, a disparidade é registada: a «batasuneira» guipuscoana vê na sua capital, S. Sebastian, o PP obter, recentemente, a maioria relativa; o mesmo não se passa na parte de língua basca, que não é igual à de língua castelhana de Álava ou à de Navarra; dentro da Biscaia, a divisória marcará a beira esquerda do Nervión (zona de concentração da maioria da população imigrante). Apesar de nas últimas eleições autonómicas bascas (Outubro de 1994) o PNV ter obtido a maioria relativa em todas as províncias, o melhor dos resultados não chegou a atingir os 40% (Biscaia).

nalistas periféricos: esticar a corda em excesso pode ser contraproducente. A este vem juntar-se um outro factor: a *institucionalização* de grande parte dos nacionalismos periféricos graças ao facto de estes deterem o poder autonómico (como acontece no País Basco e na Catalunha) e a obrigatoria mudança de discurso legitimador dos nacionalismos ao terem de conviver com um Estado realmente democrático levam a uma certa desmobilização, fomentando também um maior pragmatismo, patente em partidos como o PNV e Convergència i Unió⁷².

3. Assim, coloca-se a seguinte questão: o que sobrevive, se é que resta alguma coisa, daquilo que poderíamos designar por sentimento nacional espanhol, do fundamento social da coesão territorial do Estado? Também nesse caso depararíamos com mensagens contraditórias. Por um lado, é indiscutível que determinados instrumentos ou veículos de identificação colectiva *nacional* espanhola são muito mais fracos do que noutros Estados europeus (por exemplo, quase tudo aquilo que se refere a uma simbologia *nacional* aceite unanimemente: como se disse, a Espanha é um dos poucos Estados que têm um hino sem letra). Mas, por outro lado, o que é um facto revelado tanto pelos inquéritos de opinião como por vários estudos especializados é que mesmo em zonas de forte enraizamento dos nacionalismos periféricos existe hoje ainda uma certa preponderância daquilo a que se chama «duplo patriotismo», quer dizer, da coexistência de um sentimento de identificação com a nacionalidade *periférica* com outro de solidariedade ou identificação com o conjunto de Espanha, que não são apreendidos como excluintes, mas mesmo como complementares⁷³. Para além disso, como é cada vez mais manifesto, os sentimentos de identidade nacional e de pertença a uma colectividade raramente são absolutos, o que existe é uma gradação mais ou menos acentuada de fidelidade a várias esferas ou referências: neste sentido, continuam a ser maioria as pessoas que nos inquéritos de opinião sobre identidade nacional se sentem, em maior ou menor medida ou proporção, catalãs, bascas, galegas, etc., ao mesmo tempo que espanholas⁷⁴. Alguns exemplos significativos podem ilustrar esta situação: assim, se os Jogos Olímpicos de

⁷² V. A. Gurrutxaga, *La Refundación del Nacionalismo Vasco*, Leioa, UPV-EHU, 1990; id e A. Unceta, «Nacionalismo vasco y democracia: crítica de la doctrina actual», in *Sistema*, n.º 124, 1995, pp. 43-67.

⁷³ V. D. Petrosino, «Autonomia e independentismo in Sardegna, in Catalogna e nel Québec: un tentativo di comparazione», in VV. AA., *Le Autonomie Etniche e Speciali in Italia e nell'Europa Mediterranea*, Cagliari, Consiglio Regionale della Sardegna, 1988, pp. 214-231.

⁷⁴ Naturalmente, a fiabilidade dos indicadores fornecidos pelos inquéritos de opinião é relativa e não absoluta. Poder-se-iam considerar outros factores, como a presença de imigrantes no Euskadi e na Catalunha, que tendem a ter nos inquéritos uma orientação mais «espanholista»; tendo em consideração, porém, que tanto o nacionalismo basco como o catalão — este de modo mais decidido — consideram que tanto são cidadãos uns como outros, o resultado final pouco varia em termos práticos.

Barcelona, em 1992, foram utilizados como plataforma reivindicativa por parte do nacionalismo catalão, não deixou de surpreender os próprios e os estranhos que, uma vez iniciados os jogos e garantida uma presença simbólica notável relativa à personalidade diferenciada da Catalunha (a língua catalã, a bandeira, etc.), a reacção do público em relação à representação espanhola não foi de rejeição — como se temia desde as instâncias governamentais —, mas pelo contrário: recordemos a final olímpica de futebol num estádio do F. C. de Barcelona cheio de bandeiras espanholas e catalãs que apoiavam a selecção espanhola. E isto não pretende ser uma *boutade*: os desportos de massas constituem hoje em dia uma das maiores manifestações públicas de identidade que têm lugar com toda a abertura (apesar de estarem sujeitos a códigos específicos).

Naturalmente, o facto de o duplo patriotismo tender a ser a situação dominante não quer dizer que seja uniforme nem imutável, como bem sabem os historiadores: o tempo encarregar-se-á de esclarecer se esses sentimentos mudam ou ficam inalteráveis ou se o equilíbrio entre tendências centrífugas ou centrípetas muda definitivamente numa direcção ou noutra. Diversos factores poderão influir no desenvolvimento da questão nacional em Espanha, entre eles o grau de maturidade e responsabilidade das elites políticas, tanto do Estado como dos nacionalismos periféricos e das administrações autónomas: a consolidação de um modelo de Estado aceite explicitamente por todos; a evolução da situação económica e o impacto que nas diferentes zonas de Espanha tem produzido a «europeização» da legislação económica e social no âmbito da União Europeia; as consequências que esta tem tido nos diferentes sectores produtivos regionais. Ora bem, não se avançará politicamente, em nosso entender, se não for observado um princípio fundamental para que as tensões nacionais decorram sempre pelo caminho da democracia: é tão legítimo ser nacionalista periférico como nacionalista espanhol sempre que ambas as posturas se identifiquem com as regras do jogo democrático, o que não tem necessariamente de implicar em todos os casos uma estrita lealdade constitucional, já que boa parte do espectro partidário actual defende ou aborda posições ideológicas que nalguns aspectos contrariam politicamente o estabelecido na Constituição de 1978, mas, enquanto todas as forças políticas a aceitarem, inclusive para pedirem a sua reforma, não haverá razão para se temer pela estabilidade do sistema democrático, que continua a ser o elemento mais importante para uns e outros (visto que a maioria dos nacionalismos periféricos, convém tê-lo em conta, foram suportes fundamentais do processo de democratização da vida política espanhola desde 1975). Do mesmo modo, o facto de defender o direito de autodeterminação para um território determinado é por si um objectivo tão democrático como o de defender o contrário, que a nação é a Espanha no seu conjunto: o que parece realmente importante é saber de que modo se pretenderá levar ao fim e pôr em prática a autodeterminação ou por que meios se quererá manter inalterável a Constituição.